

Clipping
15 e 16.01.2009

| | |
|---|----|
| Cpers assegura mobilização e defesa de conquistas | 2 |
| Estado anuncia mudanças para o ano escolar 2009 | 2 |
| Força suspende diálogo com Fiesp | 3 |
| Mais de 650 mil postos fechados em 1 mês | 4 |
| Contribuição sobre aviso será cobrada..... | 4 |
| Mortalidade infantil: país piora no ranking mundial | 4 |
| Conflito em debate | 4 |
| Greve como instrumento..... | 5 |
| Municipalização das escolas | 6 |
| Céu nublado para aviões | 6 |
| Medidas antifraude cortam gastos na AL | 6 |
| Brasil perdeu 650 mil empregos em dezembro..... | 7 |
| Lula admite demissão recorde em dezembro | 8 |
| Força Sindical suspende negociação com Fiesp | 9 |
| Aviso prévio indenizado terá de pagar INSS | 9 |
| Magneti Marelli demite 480; Volks vai dispensar 150 | 10 |
| ArcelorMittal suspenderá contrato de 1.300 | 11 |
| Seguro-desemprego pode ser ampliado para 12 parcelas | 11 |
| Delegados apoiam greve da polícia no Maranhão | 12 |
| Centrais buscam unidade para definir plano contra demissões..... | 12 |
| CUT descarta redução salarial e suspensão temporária de contrato | 12 |
| Crise aumenta procura por seguro-desemprego no País | 13 |
| Sem CUT, centrais sindicais definem plano antidemissão | 14 |
| Projeto que reduz jornada para na Câmara | 15 |
| Insegurança social é hoje a maior ameaça à democracia, diz cientista político..... | 16 |
| Indústrias demitem mil trabalhadores em um dia | 18 |
| Metalúrgicos do 2º turno da GM interrompem atividades..... | 18 |
| Volkswagen vai dispensar 150 trabalhadores temporários em Taubaté | 19 |
| No Brasil: 50 vezes mais mortos que na Faixa de Gaza | 19 |
| Grupo de comunicação português pode demitir 122 profissionais | 21 |
| 2008 foi muito positivo, avalia professor da UFRJ | 21 |
| Médico é condenado a pagar R\$ 20,7 mil por injúria racista | 22 |
| Fiesp pressiona por corte de jornada e salário | 22 |
| Empresas defendem corte de salários | 23 |
| Governo estadual terá economia com renegociação do contrato com Correios | 24 |
| Centrais sindicais exigem contrapartidas para negociação | 25 |
| Governo diz que não tem como impedir cortes | 25 |
| A hora do prejuízo..... | 26 |
| Indústria têxtil elimina 15 mil vagas em 2 meses e vê pior momento em dez anos | 27 |
| Suspensão dos contratos seria por cinco meses, com 55% do salário | 27 |
| Uma nova esquerda na América Latina? | 28 |
| Juiz de primeira instância deve ser respeitado, diz ministra do STJ..... | 31 |
| Aprovados em concurso público após 14 anos sem assumir cargos são indenizados | 32 |
| Tendência suicida..... | 32 |
| Essa ambigüidade chamada Barack Obama..... | 33 |
| Número de trabalhadores escravos libertados em 2008 passa dos 4,6 mil | 36 |
| Lula confirma alta de demissões e reúne-se com sindicalistas dia 19 | 37 |
| OAB-MA quer apuração de denúncias sobre comércio de sentenças no Judiciário maranhense..... | 38 |
| Opções para salvar vagas | 38 |

| | |
|--|----|
| GM nega demissões em Gravataí..... | 39 |
| Em vez de punição, incentivo para vagas | 39 |
| Senado vai comprar sofás a um custo de R\$ 2,5 milhões | 40 |
| Renner pedirá afastamento..... | 41 |
| Não é hora de comprar avião | 41 |
| Antes que seja tarde | 41 |
| Greve na Ulbra Saúde | 41 |

Cpers assegura mobilização e defesa de conquistas

Entre as ações que pretende implementar ou intensificar em 2009, a Secretaria Estadual de Educação (SEC) precisará enfrentar a mobilização do Cpers. O sindicato dos educadores do RS dará a largada das atividades em janeiro, com a preparação do Encontro Estadual de Trabalhadores em Educação, previsto para acontecer em fevereiro, em Porto Alegre. Da reunião no Centro de Eventos do Parque da Harmonia sairá a pauta de reivindicações, que será submetida à assembleia geral, em março.

A categoria assegura que não para aí. Buscará a retirada do projeto de lei que trata do Piso do Magistério no Legislativo gaúcho – texto que motivou a greve no final do ano letivo em 2008. Os professores também querem reajuste salarial imediato; defesa do plano de carreira; e implementação do texto do Piso Nacional na íntegra. Para a presidente do Cpers, Rejane Oliveira, os projetos expostos pela SEC apresentam concepção equivocada e serão combatidos. 'Nossa mobilização será em defesa do plano de carreira, baseado, hoje, na valorização profissional; e do Piso Nacional. O governo estadual segue apenas a lógica de mercado', argumenta a dirigente.

A secretária estadual da Educação, Mariza Abreu, defende as mudanças para 2009 como forma de melhorar a qualidade da Educação Básica e colocar o Rio Grande do Sul novamente no ótimo patamar que já ocupou na Educação brasileira.

Sobre a polêmica e disputa na Justiça e no Parlamento gerada com o projeto do Piso do Magistério, Mariza diz ter cometido o equívoco de não ter explicado mais a proposta antes de encaminhá-la.

Isso teria evitado, na sua avaliação, que o governo fosse mal interpretado. E relativo às críticas do Cpers e a greve, ela assinala: 'As reivindicações são legítimas, mas a forma de luta está esgotada. O que foi apropriado em um momento pode não ser mais'.

CORREIO DO POVO

Estado anuncia mudanças para o ano escolar 2009

O ano letivo 2009 começará em março com mudanças na rede pública estadual. O envio de projeto à Assembleia Legislativa, que estende a todos os professores um percentual de 20% da carga horária para preparação de aulas e reuniões pedagógicas, será uma das alterações, já a partir de fevereiro. A medida é considerada condição para o padrão referencial curricular, que a Secretaria Estadual da Educação (SEC) implantará na volta às aulas.

Se aprovado, o projeto permitirá conceder 20% de horas/atividade para professores contratados e convocados. Atualmente, o benefício atinge apenas os professores com cargo efetivo obtido por concurso público. A intenção é garantir que docentes com contrato ou convocação participem das reuniões pedagógicas. 'Esse é um requisito para a implantação do padrão referencial curricular', salienta a secretária estadual da Educação, Mariza Abreu.

Em março, a SEC dará início à distribuição de material didático para inserir o padrão referencial curricular nas séries finais dos ensinos Fundamental e Médio. Os estabelecimentos que registraram os menores rendimentos em avaliações aplicadas pelos governos federal e estadual receberão ainda uma capacitação para os seus professores em relação ao conteúdo. O material será produzido por uma comissão formada por professores da rede estadual e do Ensino Superior. O trabalho tem como base experiências adotadas em São Paulo, Minas Gerais, Buenos Aires e Portugal. A secretária Mariza explica que a medida criará um currículo mínimo, comum entre as escolas, mas a autonomia dos estabelecimentos será referente ao método pedagógico.

Outra novidade escolar em 2009 será o aumento nos repasses de verbas para escolas que atendem alunos carentes. A medida terá como base pesquisa socioeconômica, com a aplicação de um questionário que pais e alunos maiores de 18 anos respondem no momento da matrícula ou na confirmação de vaga. Mariza ressalta que o princípio é 'dar mais a quem tem menos' para promover a equidade e combater as desigualdades. A previsão é de que a destinação de recursos extras comece no segundo semestre deste ano.

Propostas da SEC

Carga horária: o projeto prevê 20% de hora/atividade para professores contratados e convocados. Hoje, só o professor concursado, de 20 horas, tem direito a 4 horas de atividades extracurriculares. A medida beneficiaria cerca de 30 mil professores. Para isso, seria necessária a contratação de aproximadamente 4 mil docentes para cobrir a demanda criada pela proposta, segundo cálculos da SEC.

Pesquisa socioeconômica: o estabelecimento do valor da verba da autonomia financeira repassada às escolas para gastos com manutenção e custeio segue, atualmente, critérios como número de alunos e modalidades de Ensino oferecidas. Com a proposta da SEC, as escolas que atenderem estudantes carentes terão um acréscimo de recursos. O número de estabelecimentos atingidos, o valor do incremento e as variações serão definidos após a conclusão da pesquisa, ainda no 1º semestre. A secretária garante que nenhuma escola sofrerá diminuição em seus índices atuais.

Padrão referencial curricular: a implementação começará com a distribuição de material didático confeccionado pela SEC, e por meio de capacitação de docentes para o uso deste instrumento. A ideia é garantir o desenvolvimento de habilidades e competências cognitivas dos alunos. O padrão referencial seguirá a escala do Saeb, utilizada nas avaliações de desempenho dos estudantes.

Alfabetização: o projeto voltado a crianças de 6 e 7 anos, que, até o ano passado, funcionava em caráter experimental, será expandido para toda a rede estadual. As escolas puderam escolher uma das três propostas pedagógicas testadas ou optaram por continuar com o seu método, desde que mostrem resultados. Para garantir o processo de alfabetização, as crianças de 1ºs e 2ºs anos do Ensino Fundamental serão avaliadas.

CORREIO DO POVO

Força suspende diálogo com Fiesp

Paulinho, presidente da entidade, diz que trabalhadores vão insistir em redução de juros e de tributos

São Paulo — A Força Sindical anunciou ontem que decidiu suspender por dez dias as negociações com a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) que tinham como objetivo um acordo para evitar demissões decorrentes da crise financeira internacional no país. O objetivo é incluir o governo nas negociações entre trabalhadores e empregadores para impedir a redução de salário. O presidente da Força, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, afirmou que nesse período as centrais querem uma reunião com o presidente Lula, com o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, e com o governador de São Paulo, José Serra. O encontro com Lula e Lupi deve ocorrer já na segunda-feira.

Em reunião, sem a presença da Central Única dos Trabalhadores (CUT), a maior do país, e com outras quatro centrais, Paulinho disse que os trabalhadores pretendem insistir na adoção de medidas como a redução drástica (em pelo menos dois pontos percentuais) da taxa básica de juros e de impostos como IPI, ISS e ICMS. Essas concessões, na avaliação das centrais, seriam bem-vindas e permitiriam negociar com as empresas reduções de jornadas sem corte dos salários. Todas as centrais, exceto a Força Sindical, são contra propostas que reduzam os salários dos trabalhadores e para manter a unidade entre as entidades que representam os trabalhadores, Paulinho recuou.

Foi um recuo significativo. A Força chegou a aceitar na quarta-feira a redução de jornada e salários, mas com garantia de emprego, o que os empregadores rejeitam. Segundo Paulinho, o presidente da CUT, Artur Henrique da Silva, está de acordo com a nova posição da Força Sindical e das demais centrais de pressionar os governos antes de negociar com as empresas.

Ontem, trabalhadores do primeiro turno da General Motors (GM) paralisaram a produção por duas

horas em São José dos Campos (SP). Trata-se da segunda manifestação realizada nesta semana em protesto às demissões anunciadas pela empresa. Na terça-feira, os metalúrgicos já haviam parado por uma hora.

CORREIO DO POVO

Mais de 650 mil postos fechados em 1 mês

O Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) apontou o pior resultado para dezembro na série iniciada em 1992. Foram fechados mais de 650 mil postos. Em iguais períodos de anos anteriores o número ficava entre 300 e 400 mil. As demissões em dezembro também elevaram gastos do Fundo de Amparo ao Trabalhador com seguro-desemprego. Foram requeridos 513 mil benefícios, 5% mais ante igual período de 2007.

Contribuição sobre aviso será cobrada

Brasília — Em meio a um quadro de desemprego e de crise internacional, o governo federal passará a cobrar contribuição previdenciária sobre o aviso prévio indenizado, concedido pelas empresas quando demitem trabalhadores. A contribuição, paga tanto pelo empregador quanto pelo empregado, não era cobrada há dez anos. O decreto presidencial 6.727 assinado esta semana, porém, regulamentou novamente a cobrança da contribuição sobre o aviso prévio indenizado. A incidência da contribuição passou a vigorar desde 1997, com a lei 9.528, mas um decreto presidencial de 1999 não contemplou a cobrança, que deixou de ser paga. Segundo o assessor técnico da subsecretaria de Tributação e Contencioso da Receita Federal, Sandro Serpa, a contribuição é devida. Nos trabalhos de harmonização da legislação previdenciária com a tributária, depois da unificação da Receita Federal do Brasil, foi identificado o problema. Para ele, a decisão é técnica e 'não tem nada a ver com o clima atual'.

CORREIO DO POVO

Mortalidade infantil: país piora no ranking mundial

O Brasil vem reduzindo os índices de mortalidade infantil entre crianças com até 5 anos desde 1990, mas isso não impediu de o país subir da 113ª para a 107ª posição no ranking formulado pelo Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) entre as nações com maiores taxas de mortalidade. A análise se baseia nos dados fechados de 2008, registrados em 194 países. De acordo com o relatório anual Situação Mundial da Infância 2009, divulgado em Johannesburgo (África do Sul), quarta-feira, os resultados brasileiros estão entre os piores da América Latina. O índice de mortalidade cresceu de 20 para 22 em cada mil nascidos vivos entre 2006 e 2007. Considerando os latino-americanos, a situação brasileira só é melhor frente à Bolívia (61º no ranking) e ao Peru (97º).

No entanto, o Escritório do Unicef no Brasil admitiu ontem, por meio de nota, que há divergências em relação aos números do Ministério da Saúde. A instituição reconhece ter utilizado banco de informações distinto do adotado no país e que o relatório não contempla os dados da Rede Interagencial de Informações para a Saúde (Ripsa) do ministério. Se esses registros forem levados em conta, a taxa de mortalidade de menores de 5 anos caiu de 23,6 para 23,1 por mil nascidos vivos de 2006 para 2007. Entre crianças com menos de 1 ano, a queda foi de 20,2 para 19,3 no período. Apesar das variações numéricas, o Unicef revelou que, de 1990 a 2007, o Brasil conseguiu reduzir em 62% a mortalidade de menores de 5 anos e em 59% a de bebês com menos de 1 ano. O país teve a 18ª maior diminuição no índice entre os 194 da lista – de 58 para 22 por mil nascidos vivos. O Brasil caiu do 57º para o 107º lugar em 19 anos.

CORREIO DO POVO

Conflito em debate

Num ano marcado por promessas de mudanças na educação do Estado, as duas principais protagonistas da polêmica que envolve pais, professores e alunos gaúchos se encontraram para o

primeiro debate ontem à tarde, na oitava edição do Painel RBS. Durante uma hora e meia, a secretária estadual da pasta, Mariza Abreu, e a presidente do Cpers/Sindicato, Rejane de Oliveira, discutiram sobre caminhos para resgatar a qualidade do ensino.

Mas ao responder a questões formuladas pelos jornalistas David Coimbra, Luciana Kraemer e Rosane de Oliveira, com mediação de André Machado, as duas deixaram claro que serão caminhos difíceis: apresentaram visões divergentes em todos os pontos da reforma que o governo do Estado pretende implementar. O encontro ocorreu nos estúdios da RBS TV, com transmissão ao vivo pela TVCOM, Rádio Gaúcha e ClicRBS.

Espinha dorsal do projeto que será apresentado pelo governo gaúcho à Assembleia Legislativa até o final do primeiro semestre, a alteração no plano de carreira dos professores foi um dos pontos mais discutidos.

Para Mariza, é essencial que a remuneração dos servidores passe a ser vinculada a metas de desempenho, como o índice de aprovação dos alunos. Segundo ela, critérios como tempo de serviço, pontualidade e assiduidade são indicadores falhos para garantir o aumento de salários dos docentes ao longo da carreira, como ocorre hoje.– Nós somos servidores do povo, o aumento dos nossos salários tem de estar vinculado ao aumento da qualidade dos serviços prestados – defendeu Mariza, que também pretende reduzir de seis para três os níveis salariais dos professores, para aproximar a remuneração de iniciantes e veteranos.

Rejane contestou essa e outras propostas da secretaria, defendendo a ideia de que representam o desmonte de conquistas adquiridas pelos trabalhadores. Para ela, a melhoria do nível educacional depende de mais investimentos no setor.– A secretária acha que mudar o plano de carreira dos professores e atacar essa conquista resolve o problema. Queremos saber qual é o investimento que o governo fará para melhorar a qualidade. A avaliação por desempenho pressupõe que algumas escolas terão excelência e outras não – disse, salientando que o Estado prevê a destinação de 26% do orçamento para a área, enquanto a lei determina 35%.

Com sucessivas divergências, as duas chegaram a se exaltar ao defender seus pontos de vista.– É difícil achar uma solução. Não está nada bom, mas nada pode mudar. Eu queria te colocar no meu lugar. Aliás, vocês já sentaram no meu lugar e não resolveram – provocou Mariza, referindo-se ao período em que Lucia Camini, ex-presidente do Cpers, assumiu a Secretaria da Educação, durante o governo Olívio Dutra.– A secretária está desanimada nessa cadeira. Há uma semana atrás dizia que estava indo embora. Fez uma chantagem com o Estado para permanecer. O governo não é confiável – retrucou Rejane, enquanto Mariza balançava a cabeça, em reprovação.

Apesar dos confrontos, as duas concordaram que espaços de discussão como o de ontem são fundamentais para que a sociedade compreenda o que está em jogo – e que pode mudar o destino de 1,2 milhão de alunos e mais de 80,9 mil professores.

ZERO HORA

Greve como instrumento

Desde 1979, os professores da rede estadual fizeram 15 greves, que somaram mais de 500 dias em paralisações. Em média, o magistério gaúcho cruza os braços a cada dois anos. A última greve foi em novembro do ano passado e durou duas semanas.

Diante das propostas da SEC, o Cpers estuda nova mobilização no início do ano letivo.

Rejane de Oliveira

“As nossas greves conseguiram conquistas para os trabalhadores e para a sociedade gaúcha. Foram as greves que garantiram escolas melhor equipadas. Nelas, conquistamos os planos de carreira dos professores e funcionários. Ela tem feito com que a educação avance neste Estado.”

Mariza Abreu

“As coisas têm momentos. A história anda. Se greve resolvesse, o magistério estava rico e o Rio Grande do Sul teria a melhor qualidade em educação disparado. Houve um momento que todos trabalhadores se utilizaram desse instrumento, mas a gente tem que ser inteligente e revisar as coisas. Não dá para ficar insistindo.”

ZERO HORA

Municipalização das escolas

A Secretaria Estadual da Educação pretende criar um plano para a municipalização do Ensino Fundamental. A intenção é estimular a transferência das escolas estaduais para as prefeituras. A adesão seria voluntária e passaria por uma avaliação de funcionários da secretaria.

Contrário ao projeto, o Cpers considera que o Estado estaria “lavando as mãos” ao repassar instituições aos municípios. Por trás da posição, também há o temor de enfraquecimento da categoria.

Rejane de Oliveira

“A municipalização está dentro das exigências do Banco do Mundial. E é uma forma do governo não se responsabilizar da educação. Isso é um desrespeito à Constituição.”

Mariza Abreu

“O Banco Mundial não fez exigência nenhuma. Foram os prefeitos que solicitaram um plano de municipalização do ensino. Não é o governo do Estado que está impondo. E não interessa ao governo do Estado municipalizar uma escola.”

ZERO HORA

Céu nublado para aviões

A menos que descubra um atalho para alterar o orçamento sem consultar a Assembleia, dificilmente a governadora Yeda Crusius conseguirá comprar neste ano o pretendido jato intercontinental.

O secretário da Fazenda, Ricardo Englert, diz que, em princípio, é possível destinar para a compra do avião parte do R\$ 1,250 bilhão previsto para investimentos em 2009. Na prática, será preciso obter dos deputados uma autorização para remanejar recursos destinados a outros investimentos – e o clima entre os deputados não ajuda as pretensões da governadora. A repercussão do anúncio da compra do avião não poderia ter sido pior.

Como era de se prever, no Painel RBS sobre educação, a presidente do Cpers, Rejane de Oliveira, martelou na tecla de que o governo tem dinheiro para comprar avião, mas não tem para melhorar a situação das escolas e aumentar os salários dos professores. Constrangidos, os aliados da governadora foram econômicos nas palavras. Poucos se atreveram a defender a compra.

O desejo de Yeda de comprar um avião mais confortável e mais rápido do que o King Air é antigo. No ano passado, ela chegou a escalar o secretário de Infraestrutura, Daniel Andrade, para pesquisar preços e modelos adequados às necessidades do Estado. No início do segundo semestre, a governadora apresentou a um seleto grupo de secretários a ideia de comprar a aeronave. Foi desaconselhada com o argumento de que, em meio ao esforço para conseguir o ajuste fiscal, a proposta era indefensável.

Quem imaginava que a ideia tinha sido sepultada lá em agosto foi surpreendido na quarta-feira com o anúncio de que um grupo de trabalho estava sendo criado para tratar da compra de um avião com capacidade para 20 pessoas e autonomia para viajar à Europa e aos Estados Unidos.

Empregos ameaçados

A chefia do Ministério Público encaminhou ofício a todos os promotores determinando que façam cumprir a decisão do Supremo Tribunal Federal, que manda exonerar parentes de agentes públicos e ocupantes de cargos em comissão que exercem funções técnicas.

A Câmara de Porto Alegre foi notificada de que em 30 dias terá de exonerar todos os CCs que não se encaixem nos casos permitidos. Funções como as de motorista, taquígrafo e garçom, entre outras, não podem ser ocupadas por CCs.

zero hora

Medidas antifraude cortam gastos na AL

Custos com postagens, foco da fraude dos selos, caíram R\$ 667,5 mil

A Assembleia Legislativa encerrou 2008 com economia em itens cujo descontrole foi detectado a partir da fraude dos selos, desvendada em 2007. Só no contrato com os Correios, principal foco do esquema criminoso, a Casa teve redução de R\$ 667,5 mil.

Há um ano, o Legislativo anunciou um pacote de 20 medidas antifraude, formulado a partir de sugestões de deputados, Ministério Público, Contadoria e Auditoria-Geral do Estado (Cage) e Tribunal de Contas. Prestes a deixar a presidência da Assembleia, Alceu Moreira (PMDB) garante ter dado andamento às medidas anunciadas pelo antecessor, Frederico Antunes (PP).

Quando assumiu, no começo de 2008, Alceu também prometeu maior rigor em mecanismos de controle. Agora, apresenta na lista de resultados positivos a diminuição de linhas de telefone celular e economia nos gastos com telefonia.

O cenário de descuido com o dinheiro público no Legislativo foi esmiuçado em setembro de 2007 por uma auditoria da Cage. Foi detectado que a Casa não tinha controle sobre a prestação de serviços, não sabia quem usava os celulares mantidos pelo parlamento e sequer tinha controle sobre o destino de 600 quilos de café e 800 quilos de açúcar adquiridos mensalmente. A distribuição da bebida chegou a ser suspensa no começo de 2008. Retomada, apresentou redução ao longo do ano. O descontrole em relação aos telefones prejudicou parte da apuração da fraude dos selos. A Polícia Federal tentou fazer o cruzamento de ligações para apurar quem conversava com o protagonista do esquema e ex-diretor da Casa, Ubirajara Macalão, mas não conseguiu fazer o mapeamento porque a Assembleia não soube informar quem utilizava determinadas linhas.

Hoje, na área parlamentar, a fiscalização sobre o uso das linhas cabe aos deputados. Cada servidor que recebe telefone assina um termo. Também foi formalizado o ressarcimento por chamadas pessoais. Em 2008, a Casa recebeu de volta R\$ 7,7 mil das áreas administrativa e parlamentar. zero hora

Brasil perdeu 650 mil empregos em dezembro

Apesar das dispensas, sindicalistas suspendem negociações

A crise levou o país a registrar em dezembro o pior resultado para o mês na série histórica do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho, iniciada em 1992. Foram fechadas mais de 650 mil vagas, superando estimativa anterior de 600 mil.

A indústria exportadora foi a que mais demitiu, acima do comércio, onde desligamentos são comuns devido ao Natal. No mês passado, cresceu 4,6%, para 513.006, o número de pedidos de seguro-desemprego sobre dezembro de 2007. No ano, a alta foi de 8,1%, chegando a 6,8 milhões.

Os dados foram comentados pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que ontem esteve na Bolívia, onde se encontrou com seu colega Evo Morales a quem prometeu que não faltará demanda para o gás boliviano, apesar da crise. Segundo Lula, mesmo com demissões, 2008 fechará com saldo de cerca de 1,5 milhão de vagas geradas. Ele chegou a dizer que haviam sido perdidas 800 mil postos em dezembro, número corrigido depois por sua assessoria para cerca de 600 mil.– A crise é motivo de preocupação, mas não pode ser motivo de precipitação do governo, muito menos dos empresários. Vamos ter para dezembro, que na série histórica ficava entre 300 e 400 mil demissões, um pouco mais– afirmou Lula.

Força Sindical recua para tentar apoio do governo

Apesar do otimismo de Lula, as negociações entre sindicalistas e empresários para evitar novas demissões tiveram um retrocesso. A Força Sindical anunciou ontem a suspensão das tratativas com a Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), por 10 dias. Nesse período, os sindicalistas querem se reunir com Lula e o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, para convencê-los a entrar nas negociações e impedir a redução de salários.

O presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT), o Paulinho, recuou da proposta apresentada aos empresários de redução da jornada no limite de até 25%, associada à diminuição de no máximo 15% do salário e à suspensão temporária do contrato por até cinco meses, com garantia de emprego de três meses após a volta, entre outros itens. Isso porque outras quatro centrais sindicais rejeitaram a redução de salários. Para manter a união, Paulinho voltou atrás. A Força também tenta atrair a Central Única dos Trabalhadores (CUT) para a discussão.

Além disso, as entidades pretendem reagir às demissões com uma onda de paralisações nas empresas do país.

ZERO HORA

Lula admite demissão recorde em dezembro

Presidente afirma que corte de vagas formais no mês passado pode ter chegado a 600 mil, o pior resultado desde 1999

Durante entrevista, ele chegou a mencionar 800 mil dispensas, mas número foi corrigido por sua assessoria; ministério não confirma dado

RODRIGO VARGAS

DA AGÊNCIA FOLHA, EM LADÁRIO (MS)

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva admitiu ontem, durante entrevista em Ladário (428 km de Campo Grande), que o número de demissões em dezembro pode ter batido recorde. Ele citou a possibilidade de o número de cortes ter atingido 800 mil, mas sua assessoria, em seguida, corrigiu o dado e informou que a intenção era mencionar 600 mil demissões.

Esse número é quase o dobro da média histórica para o período, segundo estimativa apontada pelo próprio presidente.

"Tivemos uma anormalidade no mês de dezembro, e é importante lembrar que, na série histórica, dezembro é sempre anormal", disse. "Ainda não temos os dados oficiais, mas nós vamos ter para o mês de dezembro, que na série histórica é por volta de 300 mil a 400 mil demissões, um pouco mais, talvez cheguemos a 800 mil demissões [número corrigido pela assessoria do Planalto]."

Com a confirmação da perda de aproximadamente 600 mil postos em dezembro, esse será o pior resultado desde 1999, quando foi adotada a atual metodologia para a pesquisa de emprego com registro em carteira. Embora dezembro seja um mês tradicionalmente marcado pela retração do mercado, os números flutuavam em torno de 300 mil vagas fechadas. Em 2007, o dado ficou negativo em 319.414 postos de trabalho.

Na gestão petista, o pior resultado havia sido verificado em 2004, quando o mercado perdeu 352.093 empregos com carteira assinada.

Desde o início da semana, o Ministério do Trabalho tem evitado confirmar o número de 600 mil demissões no mercado de trabalho formal em dezembro, apesar de a notícia ter surgido em entrevista concedida pelo próprio ministro Carlos Lupi no final de semana ao jornal "O Globo". Nos dias seguintes, Lupi e sua assessoria vinham dizendo que os números não estavam fechados, pois só seriam fornecidos integralmente pelas unidades estaduais do ministério ontem. Na terça, após reunião com Lula, Lupi chegou a antecipar a divulgação dos dados para a próxima segunda -a data inicial era o dia 21. Procurado ontem, o ministério não se manifestou.

Preocupado com a situação, o governo já adotou algumas medidas para estimular o crescimento econômico e deve anunciar outras até o final do mês (veja quadro ao lado).

Segundo Lula, é "importante" lembrar que o crescimento da geração de empregos no ano de 2008 foi "anormal para os padrões brasileiros". "Chegamos até outubro a 2,1 milhões de trabalhadores contratados e vamos fechar o ano com um saldo positivo de quase 1,5 milhão de empregos novos criados nesses 12 meses."

Questionado sobre o impasse nas negociações entre a Força Sindical e a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que vinham discutindo acordo de flexibilização trabalhista, Lula disse que se reunirá na próxima segunda-feira com representantes das centrais sindicais.

"Quero saber o que eles estão pensando, para saber o que o governo, centrais e sindicatos podem fazer conjuntamente para evitar que uma crise financeira nos EUA traga prejuízos ao povo brasileiro."

Crise "sem precedentes"

Horas antes, em discurso na Bolívia, Lula avaliou a crise internacional como algo "sem precedentes na história da humanidade" e disse que a turbulência ameaça a produção e os empregos em todos os países.

Para ele, uma saída é o investimento em infraestrutura. "Logo deverão aparecer especialistas dizendo que devemos conter custos. Mas não podemos voltar à política da década de 80, quando Bolívia e Brasil ficaram mais pobres."

FOLHA DE SP

Força Sindical suspende negociação com Fiesp

DENYSE GODOY

DA REPORTAGEM LOCAL

VERENA FORNETTI

COLABORAÇÃO PARA A FOLHA

A Força Sindical anunciou ontem a suspensão por dez dias da negociação com a Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) sobre a situação dos trabalhadores em meio à crise.

Os empresários estavam pressionando os sindicatos por um acordo de redução de jornada de trabalho e corte de salários, com o qual a Força havia concordado. Após a federação dizer que, mesmo com esse entendimento, não poderia garantir a manutenção dos empregos, a Força decidiu interromper as conversas e pedir que Lula e os governos estaduais cortem impostos.

"Isso é de interesse dos patrões também. Se conseguirmos que o governo tome essas medidas logo, talvez não seja necessário fazer as concessões que temos feito em todo o país", disse Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, presidente da Força.

Paulo Skaf, presidente da Fiesp, afirmou que a interrupção das reuniões com a Força não significa um retrocesso.

"Temos o mesmo objetivo e, nesta semana, vamos unir forças para cobrar redução de juros e obter ações como prazo para pagamentos de impostos.

Transferimos para a outra semana a discussão das alternativas para a demissão, mas não há nada de novo, ainda buscamos a conciliação." Ele acrescentou que, na retomada das negociações, conversará com empresários para que o nível de emprego seja mantido ao menos durante a vigência dos acordos de flexibilização.

Na sua opinião, o governo não deve participar das negociações como interlocutor, mas sim como indutor de medidas para estimular o crescimento.

Está agendada para as 17h de segunda-feira uma reunião dos sindicalistas com o presidente Lula. No mesmo dia, em horário a definir, eles devem se encontrar com o ministro do Trabalho, Carlos Lupi. O governador José Serra igualmente disse que poderia recebê-los. "Estou disponível, se for chamado.

Em relação a essa questão trabalhista, o fundamental é ter o entendimento não açodado, embora rápido, de sindicatos empresariais e de trabalhadores", afirmou.

Unidade

A resolução da Força foi tomada durante uma reunião da qual participaram também a CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), a Nova Central, a UGT (União Geral dos Trabalhadores) e a CGTB (Central Geral dos Trabalhadores do Brasil).

As centrais não concordam com a redução dos salários no caso de diminuição da jornada e se mostravam contrariadas com a concessão feita pela Força. Mesma divergência tem a CUT (Central Única dos Trabalhadores), que não compareceu. Artur Henrique, seu presidente, disse que já tinha marcada para segunda-feira uma discussão interna na CUT.

Ao final da reunião, telefonou a Paulinho manifestando sua concordância em relação aos termos acertados -que, segundo ele, haviam sido levantados pela própria CUT na semana passada.

O plano de ação das centrais, que dessa forma voltaram a se unir, pede a garantia de manutenção de emprego para todas as empresas beneficiadas com recursos públicos, a eliminação de horas extras e de banco de horas, a redução da taxa básica de juros brasileira em pelo menos dois pontos percentuais e a ampliação das parcelas do seguro-desemprego -hoje limitadas a cinco pagamentos.

Foi combinada ainda a organização de paralisações nas empresas que anunciarem demissões e uma manifestação em frente às sedes do Banco Central nas principais capitais no próximo dia 21, quando o Copom (Comitê de Política Monetária) decide o rumo da taxa Selic, atualmente em 13,75% ao ano.

FOLHA DE SP

Aviso prévio indenizado terá de pagar INSS

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O governo determinou, por meio de decreto assinado pelo presidente Lula no dia 12 deste mês, a cobrança da contribuição previdenciária sobre o aviso prévio indenizado, pago pela empresa ao funcionário quando este é demitido. Havia dez anos a cobrança não era feita porque o Regulamento da Previdência Social determinava que a contribuição não deveria ser paga nesses casos.

A volta da cobrança da contribuição para o INSS sobre o aviso prévio aumenta os custos de demissão para o empregador. Mas também vai pesar no bolso do trabalhador que perder o emprego. No caso do patrão, a alíquota é de 20% sobre o valor do salário bruto do funcionário. O trabalhador paga 8%, 9% ou 11%, de acordo com a faixa salarial -o teto é de R\$ 3.038,99.

A decisão de taxar entre 28% e 31% a indenização foi tomada no momento em que o desemprego cresce no país. Publicado no "Diário Oficial" da União de terça-feira, o decreto que instituiu a cobrança já estava em vigor quando o ministro do Trabalho, Carlos Lupi, disse que o ministério estudava suspender linhas de crédito e incentivos fiscais para quem demitisse.

Segundo a Receita, a decisão de cobrar a contribuição previdenciária foi tomada do ponto de vista técnico, não político. Os técnicos do órgão não explicaram, porém, por que a cobrança foi instituída agora.

A cobrança ou não do tributo sobre o aviso prévio gera polêmica desde 1991. Naquele ano, uma lei determinou que não deveria haver cobrança nesses casos. Em 1997, uma lei determinava uma nova lista de casos com a incidência do tributo -e a indenização não figurava nessa lista. Com isso, a interpretação jurídica era a de que deveria ser cobrado, embora a lei fosse omissa. Finalmente, em 1999, o decreto nº 3.048 deixou explícito que a contribuição não deveria ser paga.

Agora, além de determinar o pagamento, a Receita Federal estuda se a cobrança vai ser retroativa aos últimos cinco anos. Ou seja, quem foi demitido nesse período ainda corre o risco de ser cobrado pelo fisco.

"Foi uma ação técnica, não é política", disse Othoniel Lucas, coordenador-geral substituto de tributação. "Ainda estamos estudando se vai ser retroativa." Ele informou que a mudança estava sendo pensada pelo governo desde a criação da Receita Federal do Brasil, que unificou, em 2007, o fisco com a arrecadação previdenciária.

FOLHA DE SP

[Magnetis Marelli demite 480; Volks vai dispensar 150](#)

FÁBIO AMATO

DA AGÊNCIA FOLHA, EM SÃO JOSÉ DOS CAMPOS

DA FOLHA ONLINE

A fabricante de autopeças Magnetis Marelli anunciou ontem a demissão de 480 funcionários em suas duas fábricas no ABC Paulista. Na unidade de Santo André-Mauá serão dispensados 350 de um total de 1.600 funcionários, enquanto em São Bernardo serão 150 de um total de 600 empregados.

Segundo Adilson Torres, diretor do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá, a Magnetis explicou que os pedidos das montadoras diminuíram devido à crise econômica e que, portanto, as dispensas foram inevitáveis.

O sindicato informou ainda que antes da dispensa a empresa havia aberto um programa de demissão voluntária que teve 35 adesões.

A produção da fábrica de São Bernardo, voltada à exportação, teria caído 80%, e na de Santo André, 40%.

O Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e Mauá marcou para hoje, às 13h30, um protesto contra as demissões.

A Volkswagen informou ontem que vai encerrar 150 contratos temporários que terminam entre este mês e fevereiro na unidade de Taubaté (SP). Os empregados dispensados estão entre os 800 com emprego por prazo determinado. Deles, 450 serão efetivados imediatamente e 200 serão renovados. Em acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, a empresa definiu ainda a implantação de um sistema de banco de horas na unidade, que permitirá a flexibilização da jornada de trabalho. A unidade tem 5.800 trabalhadores.

Segundo o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, Isaac do Carmo, o acordo vai ser levado para votação em assembleia da categoria na próxima segunda-feira.
FOLHA DE SP

ArcelorMittal suspenderá contrato de 1.300

PEDRO SOARES

DA SUCURSAL DO RIO

Para evitar demissões, a siderúrgica ArcelorMittal Aços Longos (ex-Belgo Mineira) firmou um acordo com o Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem para a suspensão temporária dos contratos de trabalho dos 1.300 empregados da subsidiária Belgo Bekaert, maior produtora de arames das Américas.

Em troca, a empresa assegurou a manutenção dos empregos por 90 dias após a suspensão.

Segundo a siderúrgica, o acordo vale por 12 meses, período no qual os trabalhadores terão seus contratos suspensos de modo escalonado por um intervalo de três a cinco meses.

Esse é o primeiro acordo de suspensão de contrato de trabalho celebrado em Minas Gerais. "Trata-se de um acordo sem precedentes em Minas, uma alternativa buscada pela empresa para minimizar os efeitos da crise internacional", afirma o vice-presidente de Recursos Humanos e Relações Institucionais da ArcelorMittal Brasil, Vanderlei Schiller.

Iniciada em dezembro passado, a negociação garantiu o pagamento de 55% do valor do salário dos trabalhadores. A empresa negocia medida semelhante para a sua outra unidade, em Sabará, também em Minas.

Além do pagamento de parte do salário, a ArcelorMittal se comprometeu a arcar com uma multa de um salário e meio caso o trabalhador venha a ser demitido durante a vigência do acordo.

FOLHA DE SP

Seguro-desemprego pode ser ampliado para 12 parcelas

Hoje, benefício é restrito a 5 pagamentos; devido ao custo, medida sofre resistência

Governo tem avaliação mais pessimista sobre a crise feita reservadamente de que desemprego pode ficar elevado por muito tempo

Fila em unidade do Poupatempo em São Paulo para a solicitação do seguro-desemprego; valor do benefício é de até R\$ 776,46

KENNEDY ALENCAR

JULIANNA SOFIA

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva estuda ampliar o pagamento do seguro-desemprego para até 12 parcelas, segundo apurou a Folha. Para isso, seria necessário modificar a lei, via medida provisória.

Apesar do discurso otimista e das declarações públicas do ministro Carlos Lupi (Trabalho) de que a fase mais aguda da crise deve durar só até março, há uma avaliação mais pessimista feita reservadamente: a crise poderá desempregar muitas pessoas e por muito tempo.

O governo aguarda os dados do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) de dezembro, que será divulgado na segunda-feira. Avalia-se que o montante de fechamento de vagas formais que exceder 400 mil postos deverá ser considerado fruto da crise.

No Ministério do Trabalho, há resistência para a ampliação das parcelas do seguro-desemprego devido ao impacto que a medida pode ter no FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador). Para este ano, a previsão era gastar R\$ 18 bilhões com o benefício, sem considerar ainda os efeitos da crise no mercado de trabalho formal.

Se adotada, a medida deverá ser anunciada até o final deste mês. Os ministros da Fazenda, Guido Mantega, e do Planejamento, Paulo Bernardo, estão em férias. Lula deseja que sua equipe econômica esteja completa para fechar as medidas.

Pelas regras atuais, o seguro-desemprego pode variar de três a cinco parcelas. O valor vai de um salário mínimo (R\$ 415) a R\$ 776,46. A lei ainda permite ampliar o benefício em duas parcelas

para trabalhadores demitidos em setores em que haja número de demissões fora do padrão histórico. As duas parcelas extras precisam ser aprovadas pelo Codefat (Conselho Deliberativo do FAT). Sindicalistas e empresários já pediram ao governo que amplie o seguro-desemprego para até dez parcelas. Lula estuda o impacto psicológico da medida -além do seu custo. A decisão de ampliar o seguro-desemprego transmitirá a impressão de que o governo acha que a crise é mais grave do que admite de público. Mas não socorrer mais fortemente os desempregados futuros poderá ter um custo político ainda maior.

Levando em conta essas opiniões, Lula tem avaliado ampliar o benefício. A crise, na visão do governo, já chega a um público que é responsável pela boa avaliação do presidente.

No governo, ouve-se que Lula precisa não só tomar as medidas contra a crise mas deixar claro para a população que se esforça ao máximo para gerenciá-la com o menor dano possível. Isso explica o discurso otimista da administração petista.

FOLHA DE SP

Delegados apoiam greve da polícia no Maranhão

Delegados da Polícia Civil do Maranhão iniciaram ontem uma paralisação de 48 horas em apoio à greve dos policiais, peritos e agentes penitenciários do Estado. Segundo o presidente da Adepol (Associação dos Delegados de Polícia), Marcos Afonso Júnior, a paralisação também tem como objetivo pressionar a reabertura do diálogo com o governo.

FOLHA DE SP

Centrais buscam unidade para definir plano contra demissões

Representantes das seis maiores centrais sindicais brasileiras estão reunidos, hoje (15), na sede nacional da CTB (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil), em São Paulo, para debater os impactos sociais da crise econômica mundial e definir uma estratégia unificada de luta em defesa do emprego e dos direitos da classe trabalhadora.

Na opinião de Wagner Gomes, presidente da CTB, a unidade do movimento sindical e das centrais (CUT, Força Sindical, CTB, Nova Central, UGT e CGTB) "é indispensável para evitar que o ônus da crise recaia sobre os assalariados".

"Uma das propostas que vamos apresentar para a discussão é a paralisação de todas as empresas que demitirem", adiantou Gomes. "Demitiu, parou. Penso que a resposta conjunta dos movimentos sindicais deve ser esta".

Os sindicalistas também deverão convocar outros segmentos da sociedade civil para a mobilização, assim como definir outras iniciativas e formas de luta contra as demissões e em defesa dos trabalhadores e trabalhadoras.

"Estamos presenciando uma crise do capitalismo, provocada principalmente pela ganância ilimitada do capital financeiro. O movimento sindical tem propostas para preservar o emprego sem ferir os direitos sociais. Os ricos são responsáveis pela crise e devem pagar por ela", arrematou o presidente da CTB. (Fonte: Vermelho)

CUT descarta redução salarial e suspensão temporária de contrato

A tentativa de acordo entre a Força Sindical e a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), com o objetivo de evitar um grande número de demissões no início deste ano, dividiu as duas maiores centrais sindicais do País. A Central Única dos Trabalhadores (CUT) e a Força, que juntas representam quase 30 milhões de trabalhadores sindicalizados e congregam mais de 60% de todos os sindicatos brasileiros filiados a uma central sindical, discordam na proposição de alternativas às demissões, ocasionadas pelo desaquecimento da economia verificado no final do ano passado, que deve se agravar no início deste ano.

Um dos principais pontos da discussão é a redução de jornada com corte de salário, hipótese aceita pela Força e refutada pela CUT. Artur Henrique Silva, presidente nacional da CUT, criticou a tentativa de acordo entre Força e Fiesp, afirmando que "há outros mecanismos de negociação e

diálogo com o empresariado que podem ser utilizados com criatividade, mas que tenham como prePaulo Skafmissa a manutenção da renda e do emprego".

Para Silva, a Força estaria estabelecendo uma "agenda negativa" ao tratar as demissões como algo inevitável, ao invés de defender o emprego e discutir alternativas para o crescimento econômico.

Desoneração anticíclica

Algumas das alternativas aos cortes, previstas em lei, são defendidas por ambas as entidades, como o aumento da concessão de férias coletivas ou a redução do número de horas trabalhadas. Mas a CUT não aceita a diminuição de salários, e também descarta a suspensão temporária dos contratos de trabalho, alternativa considerada pela Força.

Silva prefere concentrar esforços em discutir uma jornada flexível, com "uma redução da jornada nos três primeiros meses deste ano, com manutenção dos salários, e posteriormente, com a retomada da economia, a jornada seria aumentada, e também nesse caso seriam mantidos os salários".

Outro proposta levantada pela CUT é a desoneração "anticíclica" da folha de pagamento. O objetivo seria a redução por três meses dos encargos sobre a folha, como a contribuição para a previdência social. "O governo teria que aportar recursos para que não fosse criado um rombo na previdência, e após o período de turbulência, os encargos devidos seriam pagos normalmente pelo empregador, mas este só poderia utilizar este benefício se garantisse o emprego", explicou Silva. Ele diz que com isso a entidade quer mostrar que está aberta ao diálogo com o empresariado, e também busca ampliar a interlocução com o Governo.

Contrapartidas

No final de 2008 a CUT reuniu-se com representantes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), propondo que o banco exija contrapartidas ao emprestar dinheiro com juros subsidiados.

"Sugerimos que houvessem condições mais favoráveis para aqueles que garantem a manutenção do emprego", disse Silva, acrescentando que a idéia foi bem recebida, e será analisada pelo banco no início deste ano.

A central sindical levará a proposta, ainda este mês, para os demais bancos oficiais, a Caixa Econômica Federal e o Banco do Brasil. (Fonte: Gazeta Mercantil)

Crise aumenta procura por seguro-desemprego no País

Alta foi de 4,6% em dezembro de 2008 em relação ao mesmo período de 2007. Governo estuda elevar de cinco para sete o número máximo de parcelas do benefício nos setores mais atingidos por turbulências

O agravamento da crise mundial e seus reflexos no mercado de trabalho brasileiro nos últimos meses de 2008 elevou em mais de 20 mil o número de pedidos de seguro-desemprego registrados pelo Ministério do Trabalho em dezembro. Dados parciais obtidos pela Folha revelam que no mês passado foram requeridos 513.006 benefícios -4,6% mais do que em dezembro de 2007.

O volume de pedidos do seguro acumulado em 2008 também superou o número verificado em 2007. O crescimento foi de 8,1% no ano passado. De janeiro a dezembro, 6,8 milhões de trabalhadores requereram o benefício. No ano anterior, foram 6,3 milhões.

Com isso, também cresceram as despesas do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador) com o pagamento do benefício. Os gastos com a proteção aos desempregados em 2008 atingiram R\$ 16,2 bilhões, mais de R\$ 2 bilhões acima do valor de 2007 (alta de 15%). Para este ano, sem considerar os impactos da crise, a previsão é gastar R\$ 18 bilhões.

"Houve o efeito da crise em dezembro. Ainda não podemos falar em tendência porque se trata de um mês de aumento. Mas estamos alertas. Eu não sei a cor da luz, se é amarela ou vermelha", disse o secretário de Políticas Públicas de Emprego, Ezequiel Nascimento.

Ele explica que o aumento do número de pedidos em 2008 na maior parte do ano se deve a outro fator: rotatividade. Com a expansão registrada no mercado de trabalho nos dez primeiros meses do

ano, também cresce a base de trabalhadores atendidos pelo benefício, já que no país ainda "reina a cultura" da rotatividade, avalia.

Considerando isso, o elevado saldo de contratações significa que um número expressivo de trabalhadores entrou no mercado, mas outra parcela saiu.

Mudanças

Para elevar a proteção aos demitidos pela crise, o governo estuda ampliar o número de parcelas do seguro-desemprego para alguns setores. A lei já permite a ampliação em duas prestações adicionais a partir de aprovação pelo Codefat (Conselho Deliberativo do FAT), elevando para até sete o número de parcelas, que variam de três a cinco.

As centrais sindicais, no entanto, querem mais e pediram que o benefício seja estendido para dez meses. Isso, porém, exige mudanças legais -por meio da aprovação de um projeto de lei no Congresso ou da edição de uma medida provisória pelo presidente.

Até o momento, o governo argumenta que não há motivos para elevar as parcelas nem sequer pelo limite já estabelecido legalmente. Para que haja a ampliação, a lei define que é necessário haver um número de demissões acima do padrão histórico de determinado setor.

Mas a divulgação do Caged (Cadastro Geral de Empregados e Desempregados) na próxima segunda-feira deverá mudar a avaliação do ministério. O governo está preocupado porque espera um número muito elevado de demissões no mercado formal em dezembro.

Ontem, o ministro Carlos Lupi (Trabalho) reafirmou que sua pasta estuda a suspensão de linhas de crédito e incentivos fiscais para empresas beneficiadas que venham a demitir. Isso valeria para novas operações realizadas com recursos públicos ou de fundos. (Fonte: Folha de S.Paulo)

Sem CUT, centrais sindicais definem plano antidemissão

Cinco centrais sindicais, que juntas representam 73% dos trabalhadores filiados a sindicatos no país, definiram nessa quinta-feira um plano de ações emergenciais para tentar estancar o processo de demissões em massa. O acordo foi selado entre Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB) e a Força Sindical. A Central Única dos Trabalhadores (CUT), que representa 21 milhões de trabalhadores no país, preferiu não participar do encontro e ainda mostrou-se reticente em relação à promoção de ações conjuntas.

A reportagem é de Cibelle Bouças e Samantha Maia e publicada pelo jornal Valor, 16-01-2009.

Na roda de discussões, a polêmica negociação entre Força e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) para fechar no dia 22 um acordo de redução de jornada de trabalho e corte de salários foi posta de lado "em nome da unidade sindical". O clima da reunião foi tranquilo, mas não faltaram 'alfinetadas' de sindicalistas que se mostraram contrariados com a negociação entre Força e Fiesp. Do lado da Força, críticas às ausentes CUT e Conlutas - as únicas que fecharam acordos de redução de jornada com redução de salários e de suspensão temporária dos contratos de trabalho. A Força também criticou as decisões recentes do governo federal de reduzir impostos sem exigir das empresas beneficiadas a garantir de manutenção dos empregos.

A reunião durou quase três horas e, diante da dificuldade de definir uma pauta comum em função da discordância das centrais em aceitar a redução de jornada com redução de salário como um dos pontos do plano de ação, o presidente da CTB, Wagner Gomes, pediu formalmente à Força a suspensão das negociações com a Fiesp. O presidente da Força, Paulo Pereira da Silva, o Paulinho, cedeu à pressão e aceitou suspender as negociações por dez dias - a previsão anterior era de que as entidades chegassem a um acordo no dia 22.

O presidente da Fiesp, Paulo Skaf, disse apoiar a decisão das centrais. "O Paulinho me ligou hoje, e adiamos a reunião de quinta para segunda, não significará um atraso", afirmou. Segundo Skaf, as centrais estão alinhadas às reivindicações da Fiesp ao governo federal de redução de juros e tributos relacionados à produção. "Vamos focar toda nossa energia na semana que vem para defendermos essas bandeiras", diz. De fato, o encontro de sindicalistas resultou em um conjunto de exigências muito similares às defendidas pelo empresariado, contemplando basicamente mudanças na política

econômica. "O que vai combater o desemprego neste momento é a política econômica. Medidas trabalhistas só vão amenizar questões locais", afirmou Paulinho.

As medidas incluem a negociação com governo federal e governos de Estados nos próximos dez dias de medidas de desoneração tributária por tempo determinado a empresas que mantiverem o nível do emprego; exigência de que o governo reduza a taxa básica de juros, hoje em 13,75% ao ano e cobrança de redução do spread bancário. Na seara exclusivamente sindical, as centrais decidiram fazer paralisações na porta de qualquer empresa que efetuar grandes demissões e manifestação nas capitais e em São Paulo no dia 21, para exigir que o Comitê de Política Monetária (Copom) reduza drasticamente a taxa básica de juros.

Ficou definido ainda, para segunda-feira, uma reunião dos sindicalistas com o presidente Lula. No mesmo dia, em horário a definir, eles devem se encontrar com o ministro do Trabalho, Carlos Lupi. O governador José Serra igualmente disse que poderia recebê-los.

Questionado sobre a ausência da CUT à reunião, o seu presidente, Artur Henrique da Silva Santos, disse que a central fará uma reunião na segunda-feira com seus dirigentes para definir estratégia própria. A pauta da CUT inclui cobrança aos governos de redução de tributos e garantia de emprego. Ele considerou "importante" a suspensão das negociações entre Força e Fiesp e confirmou presença na reunião com o presidente Lula na segunda-feira. Sobre as mobilizações, foi enfático: "A CUT não parou de fazer mobilizações nas fábricas que demitem, e vamos continuar fazendo", disse. Mas não confirmou se promoverá ações em conjunto com as outras centrais.

Projeto que reduz jornada para na Câmara

O polêmico projeto de lei que muda a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para reduzir de 44 horas para 40 horas a semana de trabalho teve, no início de dezembro, pedido de tramitação urgente levado à Mesa da Câmara, mas a decisão, pela tradição parlamentar, vai depender do próximo presidente da Casa e dos líderes dos partidos. Como as resistências ao tema cresceram depois da onda de demissões que ocorreu em dezembro, não há garantia de ele ser enviado rapidamente ao plenário, independentemente da tramitação ordinária nas comissões.

A reportagem é de Arnaldo Galvão e publicada pelo jornal Valor, 16-01-2009.

Sem o pedido de urgência acatado, o Projeto de Lei 4.653, de 1994, de autoria do então deputado Paulo Paim (PT-RS), será analisado pela Comissão de Desenvolvimento, Indústria e Comércio, onde ainda não foi designado relator. Depois, o projeto tem de voltar à Comissão de Trabalho para a votação do parecer e do substitutivo apresentado pelo relator Vicentinho (PT-SP). A última fase das comissões é a de Constituição e Justiça.

Além da redução da carga semanal para 40 horas, Vicentinho defendeu mais mudanças que, se aprovadas, vão elevar o custo de contratação. Ele limitou as horas extras em duas por dia, 30 por mês e 110 por semestre. O adicional dessas horas extras, hoje em 50%, sobe para 75%, mas esse acréscimo pode ser substituído por folgas ou compensação de horários. Se as horas extras forem prestadas em sábados, domingos ou feriados, o adicional será de 100%.

Vicentinho também propõe a proibição de horas extras a aposentados, contratados em regime de tempo parcial, mulheres a partir do sexto mês de gestação e até o sexto mês de amamentação. Se a empresa usa horas extras por seis meses seguidos, será obrigada a contratar empregados.

O deputado petista também é o relator de uma proposta de emenda constitucional (PEC) que reduz a carga semanal de trabalho e eleva o custo das horas extras. Há uma comissão especial tratando do tema, mas ainda não foi encerrado o prazo para emendas. Além da tramitação da PEC 231/95 estar mais atrasada, a aprovação de mudanças na Constituição é muito mais difícil porque exige quórum qualificado (três quintos) em dois turnos na Câmara e no Senado.

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), deputado Armando Monteiro Neto (PTB-PE), criticou o projeto porque, na sua avaliação, "voluntarismo e artificialismo" não evitam o desemprego. "O que sustenta o emprego é a demanda. É preciso equilíbrio para não elevar o custo de contratação de maneira perversa, matando a empresa." O líder do PSDB na Câmara, José Aníbal

(SP), argumentou que não é razoável elevar o custo de contratação em plena crise. Ele questiona se redução de jornada significa, necessariamente, aumento do emprego.

Insegurança social é hoje a maior ameaça à democracia, diz cientista político

Os governos já não caem com golpes de Estado ou crises econômicas, mas a combinação de pobreza, desigualdade e formas não legítimas de exercício do poder é um perigoso caldo de cultivo para novos autoritarismos.

Scott Mainwaring, este eminente professor norte-americano de ciência política não simpatiza com as lideranças de massas, mas confessa que sua vida familiar mudou em, assim como a de muitos conterrâneos seus, devido ao entusiasmo que a candidatura de Barack Obama despertou: sua filha de 15 anos, seu filho de 18, que votou pela primeira vez, sua mulher e ele mesmo, participaram espontaneamente da campanha de um modo que ele nunca havia vivido antes em seu país. Isto motiva também sua reflexão comparativa entre as democracias desta parte do continente e a dos Estados Unidos, que em alguns aspectos, disse, talvez estejam se aproximando mais do que se acredita.

Em 1975, sendo estudante universitário, Scott Mainwaring esteve na Argentina e conheceu Guillermo O'Donnell, a quem considera um mestre. Com os anos, converteu-se ele mesmo num prestigiado acadêmico, especialista na América Latina e nos processos de democratização. Seus trabalhos são estudados e citados em âmbito universitário e intelectual, mas que, além disso, influenciam nos debates e orientações da política latino-americana. É diretor do Instituto Kellogg de Estudos Internacionais e professor da Universidade de Notre Dame, em Indiana, Estados Unidos. Convidado pela Escola de Política e Governo da Universidade Nacional de San Martín, participou do Seminário Internacional sobre Democratização na América Latina que se realizou no final de novembro no Instituto Nacional da Administração Pública (INAP).

Scott Mainwaring é autor do livro Igreja Católica e Política no Brasil (1916-1985). São Paulo: Editora Brasiliense, 1989.

Segue a entrevista que Scott Mainwaring concedeu ao jornalista Fabián Bosoer e que está publicada no jornal argentino Clarín, 21-12-2008. A tradução é do Cepat.

Você vem analisando o que se passou a chamar de Terceira Onda da democratização no mundo e na América Latina no último quarto de século. Como cotejar os balanços que fazemos agora com as previsões e expectativas de então?

Quando começou o processo de democratização no final dos anos 70, pouca gente acreditava que se chegaria aonde se chegou. Passamos de uma região onde prevalecia o autoritarismo a uma outra onde prevalecem regimes competitivos. Eles têm muitas lacunas, muitas carências, mas é uma novidade histórica, é algo inédito. Eu creio que as lacunas e os problemas da democracia se sentem tanto no cotidiano, que é muito fácil esquecer-se de que houve uma conquista muito grande ao longo do tempo. Creio que é bom começar por aí e assinalar que em termos regionais, nesse sentido, há uma certa confluência: os países latino-americanos caminharam numa mesma direção.

Há a tendência de se destacar mais as diferenças entre os nossos países.

É certo, as divergências na evolução de cada país são bastante grandes. Há um consenso no sentido de que três países conseguiram uma qualidade democrática bastante alta; são o Uruguai, o Chile e a Costa Rica. E existe um hiato sensível entre esses três países e o resto, não?

Bom, há também um debate sobre como medir essa qualidade da democracia...

Quando me refiro à qualidade democrática, me refiro a temas muito tradicionais: se as eleições são limpas e livres; se a participação cidadã é ampla e garantida em um regime democrático forte, não só se permite a participação, mas também que se estimula a participação. Em terceiro lugar, e aqui é onde a carência democrática é maior em muitos países, a proteção dos direitos civis e políticos. Na Costa Rica, Chile e Uruguai creio que podemos observar que realmente a proteção e a promoção dos direitos a partir do Estado se dá relativamente bem. É algo difícil de medir, mas vê-se no cotidiano: quando há violações da liberdade de imprensa, quando se ameaça a imprensa, quando há pressões fortes sobre os poderes independentes, ou supostamente independentes, do Estado.

Estes são indicadores que tem a ver com o que os filósofos liberais clássicos chamaram de liberdades negativas, com a capacidade dos sistemas democráticos de evitar atropelos e violações, de garantir a proteção para o exercício dos direitos. Mas, o que acontece com as liberdades positivas, quer dizer, com a capacidade da democracia de cumprir com as promessas e aspirações vinculadas com a igualdade e o bem-estar da maioria?

Quando a pobreza é muito profunda, afeta a capacidade das pessoas de entrar na vida política, sem dúvida. Limita a capacidade das pessoas de obter e exercer sua própria cidadania. Mas, não estou certo de que se deva medir a qualidade democrática com estes parâmetros, que estão associados a ela, mas que não lhe são consubstanciais. O que não significa deixar de reconhecer que os sistemas sociais - ou seja, a pobreza e a desigualdade - sem dúvida têm uma incidência forte na qualidade da democracia. Primeiro, porque impedem, como lhe disse, que os cidadãos que estão em maior desvantagem podem exercer plenamente seus direitos. Mas, em segundo lugar, quando existe uma situação de muita miséria das massas, cresce a possibilidade de populismos, ou seja, de líderes pouco ou nada preocupados em fortalecer os aspectos formais de um regime democrático.

O populismo é necessariamente um indicador negativo da qualidade democrática?

Entendo, sobretudo, que em termos simbólicos, se tomamos o caso de Evo Morales ou de Hugo Chávez, para as camadas populares, eles representaram algo profundamente positivo. Mas se definimos a democracia em termos formais, de práticas e regras, o regime político venezuelano, sob a liderança de Chávez, degradou a qualidade democrática. Há baixa tolerância da oposição, há uma instrumentalização das regras da democracia para um projeto político que se coloca acima dessas regras. Pressionaram muito sobre as instituições estatais, que deveriam ser independentes e ser um mecanismo de controle.

Como limitar as faculdades excessivas dos presidentes sem afetar a governabilidade democrática?

É uma questão importante, mas não vejo por que se deva que dar necessariamente esta opção.

Temos casos como o Brasil ou o Chile, onde os presidentes têm faculdades constitucionais fortes e estes respeitaram as regras formais do jogo. O problema maior é quando se viola a Constituição, ou se governa à margem da Constituição. O presidencialismo não é em si mesmo o problema; mostrou que funciona relativamente bem na América Latina, contrariamente ao que muitos acreditavam ou acontecia em outras épocas. O regime presidencialista tem seus riscos e suas vantagens, evidentemente. Mas o importante é se as regras do jogo são plenamente respeitadas ou não.

E isto, de quê ou de quem, depende?

Depende, sobretudo, do poder dos atores, de seus recursos materiais e simbólicos, de sua conexão com atores externos e de como esse poder é utilizado. E depende também da outra parte, de como se exige a partir da sociedade o respeito às regras. Os países que tinham uma tradição democrática prévia e forte, ou seja, anterior a 1978, são os países que mais sucesso tiveram em construir uma rede de instituições formais e uma rede social que vigie o Estado, e que façam com que acima de tudo o governo respeite as regras do jogo. Pode-se mudar uma regra do jogo, como é o sistema eleitoral. Ou pode-se decretar a descentralização de um dia para o outro, mas isso não vai mudar as práticas. A construção dessas redes institucionais e sociais é uma construção de médio prazo.

Quanto é “médio prazo” para um processo histórico?

Poderia dar-se numa geração. Na maioria dos países da América Latina não se deu. Eu creio que o fato de que na América Latina coincidiram três coisas (a democratização, a crise econômica e a reforma econômica) não há dúvida de que dificultou a consolidação ou a criação de intenções mais sólidas em termos do jogo democrático.

A existência de presidencialismos democráticos com políticas nacionalistas e governos de centro-esquerda não é uma novidade?

Bom, de fato não é. Podemos pensar no caso de Perón, nos anos 1940 e 1950 ou no MNR na Bolívia de 1952 até 1964, ou no PRI mexicano desde 1934 até os anos 1940... Creio que a novidade não é que haja presidentes que governem com um modelo econômico estatista, mas que o momento internacional é outro, no qual o preço do golpe de Estado hoje é muitíssimo maior do que foi no período pré-1978. Também há uma grande inovação no presidencialismo. O fato é que não somente

já não há mais golpes de Estado quando um presidente vai mal ou tem grandes dificuldades para governar, mas que se encontram formas constitucionais para resolver as crises.

Qual é o principal problema ou risco que as democracias latino-americanas têm hoje?

Nos preocupamos em como as instituições representativas podem funcionar melhor. Mas sempre está muito presente a capacidade política de responder às demandas de cidadania; o desempenho econômico pode ir melhor ou pior, mas isso não necessariamente desemboca numa crise do regime político. Creio que com os atuais níveis de pobreza e desigualdade, a insegurança social é a maior ameaça para as democracias, porque mostra sérios déficits dos regimes democráticos em tornar efetivos a legalidade estatal e os direitos cidadãos. O problema da insegurança cidadã é problemático em muitos países, que podem ficar sem recursos para garantir a lei e proteger minimamente os direitos. É o que vemos, por exemplo, nas favelas do Rio, onde a presença do Estado é a de uma polícia corrupta que está trabalhando com o narcotráfico ou do policial capaz de atuar fora da lei ou matar inocentes. Isto pode acabar na volta de líderes ou formas autoritárias.

Indústrias demitem mil trabalhadores em um dia

SÃO PAULO - Pelo menos mil trabalhadores do setor automotivo foram demitidos quinta-feira na Grande São Paulo e no interior, de acordo com sindicatos da categoria. Os dirigentes prometem para hoje uma série de mobilizações para tentar reverter os cortes.

Somente na região de Campinas cerca de 520 trabalhadores perderam o emprego na semana em que retornaram das férias coletivas. A Foxconn, de Indaiatuba, demitiu na quinta-feira 120 funcionários e já havia dispensado outros 500 em dezembro. Em Hortolândia, na KF Pistões, as demissões atingiram cerca de 200 pessoas, e na Eaton, autopeças de Vinhedo, outras 200.

- As empresas não fazem nada para evitar demissões. Ninguém quer reduzir a margem de lucro. Já iniciamos as negociações para tentar ao menos diminuir o número de demitidos - diz o presidente do sindicato na região, Jair dos Santos.

Na quinta-feira, em Santo André, cerca de 330 funcionários da Magneti Marelli Sistemas Automotivos foram demitidos. Segundo o sindicato, a empresa alegou queda na demanda.

- Faremos assembleias com os trabalhadores. Queremos parar a produção por 24 horas - afirma o presidente da entidade, Cícero Martinha.

Volks já flexibiliza

A Volks anunciou ao Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté medidas que preveem flexibilização trabalhista. A primeira é que, dos 800 trabalhadores com contrato por tempo determinado na fábrica, 150 serão rescindidos e 450 serão efetivados. Os 200 restantes serão renovados.

Também foi anunciada a criação de um banco de horas, em que serão concedidos 25 dias de descanso em 2009, para compensação futura. A negociação entre as partes deve ser aprovada na segunda-feira.

- É um acordo que garante emprego e salário no momento em que se levanta a bandeira da redução. Servirá de base para outros - acredita o presidente do sindicato, Isaac do Carmo.

O gerente-executivo de relações trabalhistas da Volks, Nilton Junior, diz que o cenário é de adequação ao mercado.

- Vamos negociar flexibilidades ao máximo com todas as fábricas. Se a demanda for menor que o planejado, não descartamos suspender outros contratos nem desligar funcionários.

O GLOBO

Metalúrgicos do 2º turno da GM interrompem atividades

Cerca de 1.500 trabalhadores ficaram paralisados por uma hora; grande manifestação acontece no dia 24

SÃO PAULO - Intensificando a mobilização contra as demissões, cerca de 1.500 trabalhadores do segundo turno da General Motors de São José dos Campos, no Vale do Paraíba, interromperam suas atividades por uma hora na tarde desta quinta-feira, 15.

Foi a segunda manifestação do dia. Pela manhã, os funcionários do primeiro turno paralisaram a produção por duas horas. Na última terça-feira, 13, os metalúrgicos já haviam parado por duas horas.

De acordo com o Sindicato do Metalúrgicos de São José dos Campos e Região, os trabalhadores repudiaram, mais uma vez, as 802 demissões feitas pela montadora nos últimos dias e exigiram a readmissão dos companheiros e estabilidade no emprego para todos os funcionários.

A proposta de redução salarial feita pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) também foi rejeitada pelos metalúrgicos que decidiram continuar e intensificar a "escalada de mobilizações".

Segundo o sindicato, foi aprovada a realização de uma grande manifestação no centro de São José dos Campos no próximo dia 24. Haverá a participação de representantes e trabalhadores de sindicatos de outras categorias da região, da Conlutas, bem como, entidades do movimento social do país e parlamentares.

O ESTADÃO

Volkswagen vai dispensar 150 trabalhadores temporários em Taubaté

SÃO PAULO - A Volkswagen do Brasil informou hoje que irá dispensar 150 trabalhadores temporários da fábrica de Taubaté (SP), cujos contratos vencem entre janeiro e fevereiro deste ano e não serão renovados. Outros 450 trabalhadores na mesma situação serão efetivados pela montadora, enquanto que 200 terão seus contratos renovados por mais oito meses.

Em comunicado, a empresa informou ainda ter concluído negociação com o Sindicato dos Metalúrgicos de Taubaté, para a introdução do sistema de banco de horas e a flexibilização da jornada de trabalho na unidade. Pela proposta, que ainda será votada pelos empregados, a Volks poderá, neste ano, dispensar os trabalhadores de suas funções por até 25 dias, período que será lançado no banco de horas para "compensação futura".

"Uma vez aprovado o banco de horas, o comportamento do mercado definirá a necessidade da redução de jornada através de dias de descanso. Faremos esta avaliação mensalmente. Por ora, não temos dias de descanso previstos para Taubaté", disse em nota o gerente-executivo de Relações Trabalhistas da Volkswagen, Nilton Junior. "Diante do atual cenário é fundamental ter mecanismos de flexibilidade para adequação da jornada de trabalho e dos volumes de produção que assegurem condições de rápida reação às demandas de mercado", completou ele.

A fábrica de Taubaté conta ainda com mais 600 trabalhadores temporários, cujos contratos vencem entre setembro e novembro deste ano. Segundo a empresa, eventuais efetivações "serão avaliadas conforme as necessidades de produção do momento".

A Volks informou ainda que as medidas de flexibilização serão debatidas nas próximas semanas com os sindicatos que representam os trabalhadores das unidades de São Bernardo do Campo (SP), São José dos Pinhais (PR) e São Carlos (SP).

Na planta do ABC, a montadora confirmou a convocação de alguns trabalhadores para a realização de um turno extra no próximo sábado. Sem dar maiores detalhes, a empresa informou apenas que trata-se de uma operação rotineira, determinada pela demanda do mercado.

O GLOBO

No Brasil: 50 vezes mais mortos que na Faixa de Gaza

Human Rights Watch condena "crise de segurança pública" que resulta em 50 mil homicídios por ano. Para ONG, violações em presídios, tortura, trabalho forçado e ameaças a indígenas e sem-terra no campo continuam recorrentes

Por Repórter Brasil

A organização não-governamental (ONG) Human Rights Watch divulgou, nesta quarta-feira (14), o seu relatório anual que traça um panorama das violações dos direitos humanos no mundo. A "crise da segurança pública" - que, segundo a entidade, afeta especialmente comunidades pobres de grandes cidades e é perpetrada pela ação de gangues criminosas e pelo abuso policial - aparece como um dos principais destaques da seção sobre o Brasil.

"Aproximadamente 50 mil homicídios ocorrem a cada ano no Brasil", sublinha a Human Rights Watch. O relatório veio a público no mesmo dia em que a Organização Mundial de Saúde (OMS) anunciou que mais de mil palestinos morreram e cinco mil ficaram feridos nos 19 dias de ataques israelenses na Faixa de Gaza. Dez soldados israelenses morreram em combate (cinco por "fogo amigo") e três civis perderam a vida por causa dos foguetes de grupos árabes que atingiram o território de Israel.

Além do problema da violência urbana, as condições dos presídios, a tortura, o trabalho forçado, as ameaças aos povos indígenas e camponeses sem-terra e a impunidade fazem parte do relatório da ONG internacional.

Violência urbana

No Rio de Janeiro, realça a entidade, centenas de comunidades de baixa renda estão sendo ocupadas e controladas por gangues rotineiramente envolvidas com tráfico ilegal de drogas, extorsão e crimes violentos. A violência policial foi definida como "um problema crônico". Dados oficiais repetidos no relatório mostram que a polícia foi responsável, no estado fluminense, por cerca de um em cada cinco mortes intencionais no primeiro semestre de 2008.

"A polícia alega que essas mortes ocorrem nos confrontos com os criminosos, e registram as ocorrências como 'ações de resistência' - 757 mortes em decorrência de ação policial foram registradas no estado fluminense (uma média de quatro por dia) no período de janeiro a junho de 2008", detalha a ONG de defesa dos direitos humanos, Human Right Watch.

O relatório cita ainda relatórios sobre ataques indiscriminados por parte da polícia do Rio de Janeiro nas chamadas "megaoperações" em favelas e casos de abusos de policiais fora do serviço. De todos os homicídios no estado de Pernambuco, promotores estimam que 70% são cometidos por esquadrões da morte. Acredita-se que policiais façam parte desses grupos.

O caso das milícias, que também conta com alguns policiais fora de serviço, também é lembrado. Numa das favelas do Rio controladas por milícias, um morador e três empregados do diário "O Dia", que trabalhavam na cobertura jornalística das atividades do grupo no local, foram sequestrados e torturados em maio de 2008. As vítimas sofreram agressões, sufocamento, choques elétricos, ameaças de violência sexual e de morte. Por causa da repercussão na mídia, pelo menos dois integrantes da milícia foram presos e aguardam julgamento - incluindo um dos supostos líderes, que é inspetor policial.

Presídios e tortura

"A tortura permanece como um problema sério no Brasil", avalia a ONG. O relatório oficial da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do sistema penitenciário, divulgado em junho de 2008 com base em evidências coletadas nos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal, concluiu que o sistema nacional de detenção está corroído pela "tortura física e psicológica".

Em seis estados - Rondônia, Piauí, Mato Grosso, Ceará, Maranhão e Goiás - "assim como em muitos outros", membros da CPI se depararam com "cicatrizes de torturas" em prisioneiros. A comissão constatou ainda que agressões "são rotina nas prisões brasileiras" e que abusos ocorrem nos centros de internação de adolescentes infratores.

"As condições desumanas, a violência e a superlotação que têm marcado historicamente os centros de detenção brasileiros continuam sendo um dos principais problemas de direitos humanos do país. Atrasos no sistema de Justiça contribuem para a superlotação", completa o documento.

De acordo com as estatísticas oficiais, o número de presos subiu para 440 mil (um crescimento de 40% em cinco anos). Aproximadamente 43% desses presos ainda não foram devidamente julgados. A ONG salienta que o procurador-geral da República, Antonio Fernando Souza, solicitou intervenção federal em Rondônia por causa das sucessivas violações de direitos humanos no Presídio Urso Branco, na capital Porto Velho (RO).

Trabalho forçado e violência agrária

A Human Rights Watch frisa que o governo federal brasileiro vem dando passos para erradicar o trabalho forçado desde 1995, com iniciativas como a criação do grupo móvel de fiscalização que monitora as áreas rurais. No entanto, a ONG lembra que a Comissão Pastoral da Terra (CPT)

coletou denúncias referentes a 8,6 mil pessoas submetidas a condições de trabalho forçado em 2007. No mesmo ano, houve 5.974 (o Ministério do Trabalho e Emprego depois corrigiu esse número para 5.999) libertações.

"O governo federal promoveu avanços positivos nos esforços de combate ao trabalho forçado, mas a responsabilização criminal pelo crime de exploração dos trabalhadores continua rara", analisa o relatório.

Povos indígenas e camponeses sem-terra continuam enfrentando ameaças e violências como resultado de conflitos agrários. Nas contas da mesma CPT, 28 pessoas foram assassinadas e 428 foram presas em 2007. Em março de 2008, Welinton da Silva, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi ferido com um tiro na perna durante ocupação da Usina Hidrelétrica de Estreito, na divisa do Maranhão com o Tocantins.

Segundo a ONG, defensores de direitos humanos, particularmente aqueles que trabalham com questões de violência policial e conflitos agrários, ainda sofrem intimidação e violência no Brasil. Impunidade e direito reprodutivo

"Garantir a responsabilização pela violação de direitos humanos permanece como um grande desafio", atesta o relatório, que menciona o [caso de Vitalmiro Bastos de Moura \(Bida\)](#).

O fazendeiro acusado de ser o mandante do [assassinato da missionária Dorothy Stang em 2005](#) foi absolvido por júri popular em maio de 2008. Em outro caso, a investigação criminal com relação à morte do acampado [Sétimo Garibaldi](#) foi arquivada formalmente, sem que ninguém fosse responsabilizado pelo crime.

O Brasil continua sem submeter a julgamento os responsáveis pelas atrocidades cometidas durante o período de ditadura militar (1964-1985). Na visão da entidade estrangeira, "a Lei de Anistia de 1979 tem sido interpretada para barrar processos contra agentes do Estado"

O aborto, por sua vez, é legal apenas quando se trata de indicação médica por causa do risco de morte da gestante ou quando a gravidez é resultante de estupro. "Investigações criminais em clínicas de saúde femininas em Mato Grosso do Sul, São Paulo e Rio Grande do Sul levantaram sérias preocupações com relação à privacidade", adiciona a ONG. No bojo de um processo criminal de 2007 que avança no Mato Grosso do Sul, registros médicos privados de milhares de mulheres - que foram inclusive indiciadas - se tornaram públicos em cumprimento à ordens judiciais.

[Grupo de comunicação português pode demitir 122 profissionais](#)

O grupo de comunicação português Controlinveste, detentor de veículos como o Jornal de Notícias e o Diário de Notícias, anunciou nesta quinta-feira (15) que pretende demitir 122 profissionais, entre eles dezenas de jornalistas.

O Sindicato dos Jornalistas de Portugal pediu calma e união aos trabalhadores. Após uma reunião com a direção do grupo, a entidade afirmou que pretende fazer "de tudo" para defender os direitos e interesses legítimos dos jornalistas.

Participe do e-Fórum enviando sugestões de pautas, informes, notas, eventos para a agenda e críticas. Escreva para imprensa@fndc.org.br.

[2008 foi muito positivo, avalia professor da UFRJ](#)

Fonte: Invest News

Data: 15/01/2009 10:59

O ano de 2008 foi de grande crescimento para o setor petroquímico, em destaque para os termoplásticos, disse o professor do Programa de Planejamento Energético da Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE-UFRJ), Alexandre Szoklo.

Segundo ele, esse crescimento foi puxado, principalmente, por dois fatores: "o aquecimento das vendas das indústrias de construção civil, pecuária e automotiva, e o aumento da renda".

De acordo com Alexandre, neste ano, o consumo per capita de produtos que utilizam resina termoplástica no Brasil elevou-se em 6%, ante 2007. A procura do mercado pelas resinas

termoplásticas também cresceu em 2008, entre 10% e 15%, frente ao ano anterior, informou o professor. "Só a demanda por polipropileno cresceu 8,5%, destacou".

Essa demanda, no entanto, tem sido suprida por importações, afirmou Alexandre. Segundo ele, a produção doméstica não conseguiu acompanhar o crescimento do mercado, por causa de falta de acesso a matérias-primas. "Apesar do aumento da procura, a produção brasileira de resinas termoplásticas teve queda de 4%. Sendo assim, se considerarmos pelo lado da balança comercial, o ano é negativo para o setor".

Para o especialista, durante a maior parte de 2008, as petroquímicas trabalharam em alta utilização da capacidade de produção. No entanto, mesmo assim, não foi possível atender à demanda e, muitas vezes, oferecer um preço competitivo ante o produto importado. "Em alguns casos, como para a produção de PVC, observamos elevação de 100% na importação da resina".

Ainda por outro lado, observa o professor, o ano volta a ser positivo, já que foi caracterizado pela execução de planos de investimentos no setor que, no médio prazo, tornará a indústria petroquímica brasileira capaz de atender à demanda doméstica, além de exportar.

"Tenho uma perspectiva muito positiva para 2010. Até lá, a demanda deverá ser normalizada, em relação a redução que está sofrendo com a crise, e o Brasil estará preparado para atender à procura". Ele analisou ainda que 2008 foi um ano de consolidação e afirmação para o setor. "As petroquímicas atuavam de forma muito pulverizada; a consolidação empresarial da Brasken e da Quattor polarizaram o setor, criando condições para que as duas empresas possam tocar grandes projetos".

Já as perspectivas para 2009 são de um cenário bem diferente. "A produção das petroquímicas é bastante ligada ao desempenho do setor automotivo. Se as montadoras param de crescer, como vem acontecendo, a demanda das petroquímicas também cai", explicou.

Ele considerou, porém, que o cenário não é só negativo. "A valorização do dólar (intensificada pela crise mundial) beneficia o Brasil trazendo melhores condições de competir, desde que haja demanda", ressaltou.

INVERTIA BRASIL

Médico é condenado a pagar R\$ 20,7 mil por injúria racista

A Justiça estadual de São Paulo determinou que o médico José Antonio Sanches, acusado de injúria racista, pague a copeira Jeni Oliveira indenização por danos morais de 50 salários mínimos (R\$ 20,7 mil). Na decisão do juiz Lavínio Paschoalão, o magistrado afirma que quando foi feito o boletim de ocorrência o médico admitiu à polícia "a conduta ofensiva". Cabe recurso à determinação. As informações são do jornal Folha de S. Paulo.

ULTIMA INSTANCIA

Fiesp pressiona por corte de jornada e salário

Conselho de empresários cobra acordo com sindicatos para flexibilização do trabalho, mas não se compromete a manter vagas

Skaf rebate crítica do ministro Carlos Lupi a empresas que demitem após receber ajuda do governo e diz que "não é o momento de acusar ninguém"

Após reunião do Conselho Superior Estratégico da Fiesp (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), que reúne representantes das maiores empresas do país, o presidente da entidade, Paulo Skaf, disse que as companhias terão que demitir se os sindicatos de trabalhadores não fecharem acordos de flexibilização do emprego. Mas, mesmo com o entendimento, as empresas não se comprometem a manter vagas.

Segundo Skaf, os setores afetados pela crise foram unânimes em apontar a flexibilização, especialmente a redução de jornada de trabalho com respectiva diminuição de salário, como alternativa aos cortes.

Algumas das empresas que participaram da reunião de ontem já começaram a dispensar funcionários, mas Skaf diz que elas tentarão esgotar todas as possibilidades de acordos antes de demitir os empregados.

Desde a semana passada, a Força Sindical se reúne com a Fiesp para elaborar modelos de acordos que possam ser reproduzidos em cada empresa. A conclusão das discussões será divulgada na semana que vem.

A princípio, a central sindical diz que aceita soluções permitidas pela legislação brasileira desde que as empresas garantam a manutenção das vagas em troca das concessões.

Entretanto, Skaf disse ontem que as companhias não estão dispostas a garantir a estabilidade dos empregos. "Precisa ficar bem entendido que nós não estamos falando de garantia de emprego porque isso não está na lei do país e isso não está na competitividade do mundo. A estabilidade engessa, e nós não queremos andar para trás."

O presidente da Fiesp disse, no entanto, que, apesar da falta de estabilidade, "não seria de bom senso fazer um acordo que vigora por um tempo determinado em certas condições e, no momento seguinte, a empresa toma um outro caminho".

Segundo a Constituição Federal, é possível reduzir o salário dos trabalhadores mediante acordo coletivo (negociação entre sindicatos de trabalhadores e empresa) ou convenção coletiva (conciliação entre sindicato patronal e sindicato de trabalhadores). Desde a Carta de 1988, não há limite para reduções de salário. Em leis anteriores, o limite proposto era de 25% -percentual que foi citado por Skaf, embora o presidente da Fiesp tenha destacado que não há consenso sobre o tema. O juiz do trabalho e professor da Universidade de São Paulo Jorge Luiz Souto Maior explica que os trabalhadores podem mover ações individuais se não concordarem com as alternativas adotadas. "Entendo que os acordos de flexibilização só são possíveis havendo prova contundente da dificuldade da empresa", diz Souto Maior. O Ministério Público do Trabalho pode questionar os acordos e convenções se julgá-los abusivos ou desnecessários diante das condições da empresa.

Ajuda do governo

Skaf também rebateu a crítica do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, às empresas que demitiram após receber ajuda do governo. Lupi havia dito que "não pode o governo brasileiro investir bilhões, colocar dinheiro público, que é do povo, para ajudar as empresas e elas continuarem demitindo". Skaf citou o caso das montadoras, que receberam redução de IPI para reativar as vendas. "Todos os preços foram reduzidos na proporção da redução do IPI." "Não é o momento de acusar ou agredir ninguém", disse.

O embaixador Rubens Barbosa, presidente do Conselho Superior de Comércio Exterior e membro do conselho de empresários reunido ontem, relatou que o clima foi de entendimento, e não de acusações. "Os principais problemas [relacionados com a crise] foram discutidos, mas em um ambiente construtivo, no sentido de somar esforços para não deixar o nível de atividade cair como está caindo nos outros países e para preservar, na medida do possível, o emprego no Brasil."

FOLHA DE SP

[Empresas defendem corte de salários](#)

Empresários pedem redução de jornada e de salários para evitar demissões, mas não dão garantia de empregos

Representantes de 17 das maiores empresas do Brasil decidiram ontem apoiar a proposta de redução dos salários e da jornada de trabalho. Para o grupo de pesos pesados, é o caminho para evitar demissões da indústria, comércio e setor financeiro. Não se cogita no meio empresarial, porém, dar garantias de que as demissões serão interrompidas. A sugestão foi feita na semana passada por Paulo Skaf, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp). Estiveram na entidade alguns dos presidentes das maiores companhias do País, como Vale, Fiat, Siemens, Telefônica, Embraer, AmBev, Grupo Martins, Moinho Pacífico e Unipar, para a reunião do Conselho Superior Estratégico da Fiesp. Juntas, elas empregam no Brasil cerca de 250 mil pessoas. A entidade já havia conseguido dias atrás o apoio da Força Sindical, cuja base no Estado abrange 4,8 milhões de trabalhadores e 612 sindicatos.

Os empresários evitaram encontrar a imprensa para comentar os possíveis cortes de pessoal.

Lawrence Pih, presidente do Moinho Pacífico e um dos participantes do encontro, disse que o clima

era de preocupação quanto ao futuro da economia brasileira. "Todos se mostraram apreensivos com o stress da economia", disse o empresário. Skaf, como representante do grupo, afirmou que o apoio à redução de salário e de horas trabalhadas foi unânime. Para os empregadores, é a melhor maneira de não demitir no curto prazo.

O presidente da Fiesp não economizou nas alfinetadas à Central Única dos Trabalhadores (CUT). "Quem é contra redução de salário e de jornada num momento atípico desses está a favor do desemprego. Negociaremos com a CUT ou sem ela", avisou.

A CUT é contra a sugestão da federação paulista, mas admite aprovar outras medidas de contenção de cortes. Quintino Severo, secretário-geral da central, avaliou que a discussão deva ser de âmbito nacional, e não se restringir ao universo da Fiesp. "Em nenhum momento a Fiesp concordou em garantir o emprego e nós não abrimos mão dos direitos dos trabalhadores. As discussões não podem ser unilaterais, por isso temos procurado dialogar com todos os lados", explicou Severo.

A CUT já fez os primeiros contatos com a Confederação Nacional da Indústria, o Sindicato das Pequenas e Médias Empresas de São Paulo e a Abimaq, entidade que representa os fabricantes de máquinas e equipamentos. Segundo Severo, o setor, um dos mais afetados pela crise, não concorda com a redução salarial e das horas trabalhadas. "Estamos nos articulando. Nem todos fecham com a Fiesp."

Na segunda-feira, a CUT nacional vai reunir em São Paulo os representantes estaduais, além das confederações e sindicatos dos setores mais afetados pela retração econômica. Será, segundo Severo, uma forma de ter uma ideia mais precisa de como a crise abalou o mercado de trabalho até agora.

MINISTRO NA MIRA

Skaf desqualificou os comentários do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, sobre a indústria automobilística, beneficiada pela redução de impostos federais para interromper a queda nas vendas. Apesar da ajuda, montadoras como a General Motors cortaram pessoal. Lupi disse que essas empresas foram salvas com a ajuda financeira do governo, afirmação da qual o presidente da Fiesp discorda: "A palavra salvar é inapropriada. Não é justo que o governo se refira às empresas de forma desrespeitosa, falando que elas se beneficiaram de recursos públicos".

O estadão

Governo estadual terá economia com renegociação do contrato com Correios

Despesa com correspondências ultrapassa R\$ 5 milhões por ano

O governo do Estado conseguiu desatar mais um nó dos gastos públicos ao transformar os 82 contratos que possuía com a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) em apenas um. A despesa com correspondências ultrapassa R\$ 5 milhões por ano. Agora, como cliente especial, o governo tem possibilidade de renegociar valores dos serviços.

O novo contrato com os Correios foi assinado pelo recém-empossado secretário de Estado da Administração, José Nei Ascari (DEM), mas as negociações para transformar o Estado em um único "comprador" dos serviços postais durou todo o ano passado.

— Celebrando um contrato único o governo adquire o status de cliente estratégico — disse o secretário.

Os principais benefícios são desconto de 10% sobre o preço de tabela do serviço Sedex, redução de 18% nos valores da tarifa para objetos que se enquadrem como Franqueamento Autorizado de Carta (FAC) e economia de dois terços sobre o valor da franquia de carta em correspondências classificadas como mala direta postal.

Ascari disse que em 2007 o gasto dos seis maiores clientes governamentais com Sedex foi de R\$ 444 mil. Se estivesse em vigor o contrato atual haveria uma economia de R\$ 44 mil. Outro exemplo é o envio de contracheques aos mais de 45 mil inativos e pensionistas, que, a partir de agora, terá uma redução de R\$ 104 mil anuais.

Redução maior após o governo eletrônico

A renegociação dos contratos com os Correios foi elaborada pela equipe de Acompanhamento de

Custos da Secretaria da Administração, que já implantou mecanismos de gestão e de controle na frota de veículos, telefonia, fotocópias e serviços terceirizados, entre outros.

A intenção do governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), no entanto, é concluir o quanto antes os procedimentos para adoção do governo eletrônico, que permitirá a integração completa e em tempo real entre todos os órgãos públicos do Estado, o que deve reduzir consideravelmente as despesas com correspondências.

DIÁRIO CATARINENSE

Centrais sindicais exigem contrapartidas para negociação

Ao propor a flexibilização do trabalho sem garantir manutenção de empregos, os empresários vão provocar um estremecimento nas relações com os trabalhadores, avalia o presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Artur Henrique. Para ele, a crise fez levantar no país uma série de "propostas oportunistas".

"Esse tipo de colocação [de que mesmo a flexibilização não garantirá os postos de trabalho] vai acabar acirrando a resistência de nossos sindicatos ao processo de demissões e colocar a manutenção de empregos no centro do debate", afirma.

A reportagem é de Paulo de Araujo e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, 15-01-2009.

A CUT defende a limitação das horas extras e a desoneração da folha de pagamentos, mas se opõe à Bolsa-Qualificação - suspensão do trabalho com a realização de um curso pelo trabalhador - e à redução de jornada com redução de salários. A central também é contra um acordo genérico, que possibilite a flexibilização em todos os setores da economia.

Segundo Artur Henrique, a generalização dos acordos traria "para a crise empresas que não foram afetadas". "Não podemos aceitar que a única proposta é que o trabalhador pague a conta dessa crise."

Para o secretário-geral da Força Sindical, João Carlos Gonçalves, o Juruna, as centrais não podem permitir a flexibilização sem uma contrapartida firme por parte dos empresários. "Aí seria ceder demais. Os empresários precisam nos apresentar garantias."

De acordo com Juruna, a redução da jornada com redução de salário seria aceitável desde que houvesse estabilidade pelo dobro do período. "Assim, se a redução ocorresse por três meses, o trabalhador teria seis meses de estabilidade", afirma.

Como alternativa às dispensas, a Força e a CGTB negociam férias e licença remuneradas, banco de horas e suspensão do contrato de trabalho. No caso da flexibilização da jornada, a condição é que a redução máxima seja de 25% com diminuição de 15% nos salários.

Para o presidente da UGT (União Geral dos Trabalhadores), Ricardo Patah, ainda há espaço para garantir empregos. "Ocorre que as empresas querem a flexibilização de qualquer jeito. Não é só pela crise."

Governo diz que não tem como impedir cortes

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva compreende o discurso sindicalista do ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, de ameaçar punir as empresas que estejam demitindo, mas não pretende interferir na relação entre patrões e empregados. "Vivemos no capitalismo. O governo não tem como obrigar uma empresa a contratar, nem impedir uma empresa de demitir", afirmou um auxiliar direto do presidente.

A reportagem é de Tânia Monteiro e Beatriz Abreu e publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 15-01-2009.

A política da não intervenção continua em prática no Planalto, embora isso não signifique uma atitude de distanciamento da classe trabalhadora. Ao contrário, da mesma forma como abriu as portas do Planalto para ouvir os empresários, que agora têm reuniões com o ministro da Fazenda, Guido Mantega, o presidente está agendando um encontro com as centrais sindicais para discutir as condições do mercado de trabalho. Para Lula, o compromisso dos empresários está mantido. "As

empresas estão tomando crédito para manter a cadeia produtiva. Não se pode suspender o crédito porque isso limita a capacidade produtiva”, disse uma fonte.

O Planalto, no entanto, avalia que, em meio ao turbilhão criado com a expectativa de fechamento de milhares de vagas em dezembro e do processo acelerado de férias coletivas, demissões de temporários e suspensão de acordos trabalhistas, chegou a vez de os dirigentes sindicais serem ouvidos. “O presidente quer ouvir diretamente deles o que está acontecendo no mercado de trabalho”, disse uma fonte.

Da mesma forma, Lula cobrou de Lupi informações objetivas sobre o fechamento de postos de trabalho em dezembro. Embora não tenha desautorizado o ministro, a percepção de fontes do governo é que “Lupi errou no processo” ao comentar números ainda não conclusivos. O ministro “se assustou” com os dados preliminares, mas a explicação não convenceu Lula, que marcou para segunda-feira novo encontro com Lupi. Até lá, ele deve reunir informações para detalhar a pesquisa do Cadastro Geral de Empregados e Demitidos (Caged).

A expectativa é que até 600 mil postos possam ter sido suprimidos, mas o dado oficial ainda não está fechado. Lupi terá de demonstrar ao presidente que setor e por qual motivo demitiu. “O presidente quer uma radiografia completa para, aí sim, tomar uma decisão”, disse um assessor. Até porque, na avaliação de Lula, a melhor forma de estimular o emprego não é ameaçar empresas com a suspensão do crédito oficial, e sim ampliar o crédito e adotar medidas de estímulo à economia. “A empresa demite não porque quer. É porque precisa, é porque está enfrentando dificuldades e, com isso, ela também se desorganiza”, comentou um ministro. “Não há medidas a tomar diante da decisão de uma empresa demitir. A única solução é ativar a economia.”

A hora do prejuízo

"Uma olhada nos dados da Anfavea indica que, excluída a rubrica de máquinas agrícolas e automotrizes, o setor, em 1991, empregava cerca de 110 mil pessoas para produzir 960 mil veículos. Já no ano passado, com praticamente o mesmo número de funcionários, as empresas fabricaram nada mais, nada menos que 3,2 milhões de unidades. O ganho espantoso de produtividade, tenha certeza, não foi parar no bolso dos trabalhadores", escreve Ricardo Melo, jornalista, em comentário publicado no jornal Folha de S. Paulo, 15-01-2009.

Eis o artigo.

Não adianta ministro espernear e o presidente reclamar. Mantidas as regras do jogo, o volume de demissões daqui para frente só tende a crescer. Na lógica do mercado, a conta é simples: se as vendas caem, o crédito diminui e a crise internacional corre solta, a ordem do dia em qualquer empresa é cortar custos. E, na contabilidade fria dos executivos e dos consultores que sobrevoam o chão de fábrica, emprego é custo, e estamos conversados. A Fiesp que o diga: aceita reduzir salário e jornada, mas não oferece garantia de emprego.

Bafejado pelo vento supostamente a favor da economia mundial, o governo Lula pôde acender uma vela a Deus e outra ao diabo nestes últimos anos. Manteve os juros lá em cima para alegria dos banqueiros, engordou a conta bancária do empresariado graúdo e, ao mesmo tempo, distribuiu o Bolsa Família para tirar milhões de brasileiros da condição de miséria absoluta.

O desafio é mexer nas regras do jogo, e para que lado. Até agora, Brasília só tem beneficiado o pessoal de cima. Menos imposto, mais prazo para pagar tributos, injeção de dinheiro do BNDES, malabarismos financeiros para salvar bancos -o pessoal da avenida Paulista não tem muito do que se queixar.

Depois que a bolha furou e as vacas emagreceram, o governo pode manter a linha de deixar privatizar lucros e mandar socializar prejuízos, como vem prevalecendo até aqui. Mas pode também forçar o pessoal endinheirado a colaborar um pouco na travessia do deserto.

As montadoras bem que podiam dar o exemplo. Uma olhada nos dados da Anfavea indica que, excluída a rubrica de máquinas agrícolas e automotrizes, o setor, em 1991, empregava cerca de 110 mil pessoas para produzir 960 mil veículos. Já no ano passado, com praticamente o mesmo número de funcionários, as empresas fabricaram nada mais, nada menos que 3,2 milhões de unidades. O ganho espantoso de produtividade, tenha certeza, não foi parar no bolso dos trabalhadores.

Indústria têxtil elimina 15 mil vagas em 2 meses e vê pior momento em dez anos

A indústria têxtil registrou o pior fim de ano em uma década. Sob efeito da crise, o setor viu a produção se estagnar em novembro e dezembro e extinguiu 15 mil das 58 mil vagas com carteira assinada criadas nos dez meses anteriores. "Não me lembro de ter visto tantas demissões no período nos últimos dez anos", diz Aguinaldo Diniz, presidente da Abit (Associação Brasileira da Indústria Têxtil).

A reportagem é de Samantha Lima e publicada pelo jornal Folha de S. Paulo, 15-01-2009.

Na última terça-feira, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) havia informado que o setor têxtil foi um dos que mais demitiram. O número de vagas caiu 9,8% em novembro, em relação a novembro de 2007. Na mesma comparação, a indústria em geral viu o número de vagas crescer 0,4%.

As demissões foram uma resposta à estagnação na produção, consequência da queda na demanda por produtos têxteis nacionais. "O país começou a responder preventivamente à crise reduzindo o consumo", afirma Diniz. O crescimento nas vendas superior a 10% registrada no comércio de roupas, segundo a Abit, deveu-se ao consumo de produtos estocados e de importados.

A entidade ressalta, porém, que o total líquido de vagas criadas no ano deverá fechar em 43 mil, mil a menos que em 2007. O setor tem 1,7 milhão de trabalhadores formais.

O setor têxtil vem pedindo ao governo medidas de desoneração, mas nega que tenha agido em resposta à crise. "Defendemos, entre outras coisas, a possibilidade de gerar créditos de PIS/Cofins a partir dos encargos de contratação de mão-de-obra e alargamento de prazos para pagamento de impostos."

Graças ao aumento da demanda interna nos nove primeiros meses, o setor fecha 2008 com faturamento de R\$ 43 bilhões, crescimento de 4% em relação a 2007, que havia fechado com expansão de 4,5%.

Suspensão dos contratos seria por cinco meses, com 55% do salário

A Belgo Bekaert, maior fabricante de arames das Américas, está prestes a fechar um acordo para suspender o contrato de trabalho dos funcionários por um período de cinco meses. A trefilaria, controlada pela ArcelorMittal, quer pagar 55% dos salários e manter benefícios como plano de saúde para deixar os empregados em casa. O acordo, que pode afetar cerca de 1,6 mil trabalhadores, teria vigência por 15 meses.

A reportagem é de Ivana Moreira e publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 15-01-2009.

A direção da indústria e os representantes do sindicato dos metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem já fizeram pelo menos dez rodadas de negociação, desde dezembro. Ontem, na última rodada, não houve consenso. Os sindicalistas querem que a vigência seja de 12 meses, e não 15. Uma assembleia será realizada na próxima semana para votar a proposta.

DEMISSÃO VOLUNTÁRIA

A Volkswagen do Brasil abriu Programa de Demissão Voluntária (PDV) para doentes ocupacionais. Dos 350 que devem aderir ao programa, 250 trabalham na fábrica da Anchieta, em São Bernardo, e outros 100 na unidade de Taubaté. O Sindicato dos Metalúrgicos do ABC confirmou a informação da empresa de que o programa já estava previsto na convenção coletiva de 2006. A avaliação da entidade é de que o acordo é benéfico para os trabalhadores com idade próxima da aposentadoria.

"Os empregados que aderirem ao PDV terão direito a 2,2 salários por ano trabalhado, além das verbas trabalhistas previstas em lei, como ocorreu em anos anteriores", informa nota da Volks.

SUZANO DEMITE

A Suzano Papel e Celulose demitiu na sexta-feira a demissão de 180 pessoas, das quais 110 em São Paulo e 70 na Bahia. O corte, equivalente a cerca de 2% da força de trabalho da companhia, inclui empregados diretos e terceiros contratados das áreas florestal e fabril, além do escritório central e da unidade de distribuição SPP-Nemo.

De acordo com a empresa, as demissões fazem parte de uma série de medidas adotadas para fazer frente ao agravamento da crise econômica global. Além do corte de postos de trabalho, a Suzano já interrompeu parcialmente a produção de celulose da fábrica localizada em Mucuri (BA).

Uma nova esquerda na América Latina?

Nacionalismo, indigenismo, anticapitalismo formam parte da retórica da maioria dos atuais mandatários regionais. No entanto, na prática, nenhum deles se propõe sair do sistema e a “revolução” é uma categoria do século passado.

A reportagem é de Bruno Fornillo e Pablo Stefanoni, publicada no jornal Clarín, 10-01-2009. A tradução é de Moisés Sbardelotto.

A América Latina vive, sem dúvida, uma mudança de época. Nos “pós-políticos” anos 90, não estava no horizonte um grau de integração regional como o atual, acompanhado por uma visível erosão das “relações carnis” com Washington e uma variedade de novos sócios como Rússia, China e Irã. Nem que a mobilização social acumulasse força suficiente para destituir governos e modificar o clima ideológico (neoliberal) imperante, ou que o voto se erigisse no canal privilegiado para a chegada ao poder de um conjunto de esquerdas pós-Muro de Berlim.

Um militar nacionalista na Venezuela, um índio aimara na Bolívia, um ex-operário metalúrgico no Brasil, uma mulher divorciada e agnóstica no Chile e outra impulsionada por seu esposo na Argentina, um ex-bispo no Paraguai, um economista keynesiano no Equador ou um oncologista moralmente conservador no Uruguai... as esquerdas sul-americanas constituem um mapa para se armar. A relação entre os discursos e as práticas, o complexo balanço entre continuidades e rupturas, e a diversidade de atores e realidades nacionais no multiforme mosaico das **esquerdas sul-americanas** introduz não poucas dificuldades na hora da análise, à prova de conclusões impulsivas ou de clichês que – como o maleável termo “populismo” – esgotam a discussão antes de abri-la. Que bases empíricas e teóricas a atual mudança “pós-neoliberal” tem? Até que ponto a renovada retórica socialista se sustenta em um novo modelo de desenvolvimento? Da experiência latino-americana estão surgindo elementos novos para se imaginar um socialismo diferente ao do século XX?

Após anos de governo de semblante progressista na maior parte da América do Sul, uma série de livros que apareceram recentemente, como "O sonho de Bolívar", de Marc Saint-Upéry, e "A nova esquerda", de José Natanson, ou "As separações da esquerda", de Claudio Katz, abordam essas temáticas de forma comparativa e constituem um importante recurso para problematizar as experiências em curso.

Saint-Upéry – escritor francês radicado em Quito – apela à fórmula de “jornalismo de impregnação” para definir a mistura de crônica jornalística e análise em profundidade que caracteriza o seu trabalho e que compartilha em grande medida com o livro de Natanson, jornalista argentino. Em ambos os textos, convivem estudos de país em país com explorações transversais, como “a cor do poder” na América do Sul e a integração continental no caso Saint-Upéry, e questões como as políticas econômicas, os modelos institucionais e as estratégias contra a pobreza por parte das novas esquerdas no texto de Natanson. Katz – parte do grupo Economistas de Esquerda – propõe-se a traçar um programa de ação para aqueles que, no pantanoso mundo das novas esquerdas, ainda buscam defender um projeto socialista no sentido tradicional: anti ou pós-capitalista.

A auréola carismática

Em uma geometria variável, os governos progressistas do continente, hoje embebidos por uma auréola carismática, têm sido, em boa parte, fruto da mobilização popular com características “antineoliberais”. O kirchnerismo é incompreensível sem as jornadas de 2001, o ciclo de rebeliões populares boliviano catapultou o primeiro presidente indígena, o Caracazo de 1989 abriu passagem ao aparecimento posterior de **Chávez** e a pressão popular evitou um golpe contra ele em 2002, e as sucessivas rebeliões urbano-rurais projetaram ao poder o jovem **Rafael Correa**.

O caso brasileiro é produto de um longo período de acumulação sindical operária – junto com mobilizações sociais como as protagonizadas pelos **Sem-Terra** –, enquanto que a experiência paraguaia reflete o esgotamento do partido-Estado Colorado, que governou o país durante seis

décadas junto com um despertar político reivindicativo do movimento campesino. Finalmente, Chile e Uruguai se mantiveram fieis a um institucionalidade à prova de fissuras na hora de “dobrar à esquerda”, mesmo que muito moderadamente. Os estilos pessoais têm também um papel não desprezível, como é visível nos impulsos de Chávez (basta vez a transmissão de “Aló Presidente”, na qual, desde um helicóptero, propõe, “ao vivo”, construir uma “cidade socialista” no deserto), as intuições de **Evo Morales** – produto de suas viagens diárias aos confins da Bolívia profunda –, ou as preferências de Correa pelas “demonstrações racionais” combinadas com uma forte atração pelo marketing político. Mas as afinidades e diferenças entre esses processos são disputados tanto nos palácios como nas ruas, e identificá-las não é tarefa fácil.

Enquanto Katz propõe uma tipologia geral que diferencia entre governos “centro-esquerdistas” (com Lula como exemplo paradigmático) e “nacionalistas radicais” (com Chávez no lugar de testemunha), com uma clara carga valorativa em favor desse segundo bloco, Natanson faz com que essas experiências diversas convivam sob um rótulo de “nova esquerda”, que pode ser forçado tanto em termos de homogeneização como de novidade. Por sua parte, Saint-Upéry enfoca sua análise nas trajetórias institucionais e políticas e as margens de ação diferenciados dos diferentes governos. Assim, conclui que Chávez não está fazendo “la revolución” (pelo menos em um sentido não metafórico ou talvez cultural), e **Lula** “não é um traidor neoliberal”, ressaltando as continuidades de Chávez com a social-democracia rentista dos anos 70, e de Lula com o velho desenvolvimentismo brasileiro.

Contudo, a ideia de revolução “cultural”, “cidadã” ou “bolivariana”, voltou à cena em processos que serpenteiam entre um forte presidencialismo e a aposta em formas de participação popular mais ou menos institucionalizadas. No entanto, apesar de que a atual crise mundial e a quantidade de governos de esquerda na América do Sul alimentem as vozes mais otimistas, não é fácil para a esquerda “socialista do século XXI” reconstruir sua identidade depois do fracasso do chamado socialismo real com doses de ineficácia, falta de liberdades e cinismo institucionalizado que o fizeram implodir.

Tudo isso propõe uma revisão do debate sobre a clássica antinomia reforma-revolução, que Katz considera vigente – ainda que complexifique a relação entre ambos os termos – e Natanson e Saint-Upéry condenam a uma melhor vida, em vista da presença de novas esquerdas “pragmáticas” e “pós-revolucionárias”, que teriam substituído os discursos epopéicos de longo prazo pelos objetivos de curto prazo. Esquerdas governamentais que já não falam de luta de classes – inclusive sua ala mais radical – e substituíram **Marx** ou **Lênin** por um panteão que inclui **Simón Bolívar**, **José Martí** ou o líder aimara Tupak Katari, que protagonizou uma rebelião anticolonial em 1782.

Os atuais países socialistas não ajudam muito: o referencial mais próximo, Cuba, parece olhar com mais entusiasmo o Doi Moi (renovação) vietnamita – que considera a economia mercantil “uma conquista da humanidade e não um mero atributo exclusivo do capitalismo” – do que a incerta reinvenção do socialismo. E são os próprios cubanos, conscientes do esgotamento do modelo de “economia de comando” de tipo soviético, que dizem a Evo e a Chávez: “não façam o que nós fizemos”.

Os elogios de Chávez a um Vladimir Putin que está contribuindo para reposicionar a Rússia Potência sobre a base da revalorização de uma longa cultura autoritária e imperial que sobreviveu a czares, bolcheviques e “liberais” também não parecem contribuir para se pisar firme sobre o terreno lamacento das novas esquerdas, nem para se pensar nas bases de um socialismo diferente ao do século XX que, nas palavras do ex-presidente da Assembleia Constituinte Equatoriana, **Alberto Acosta**, deveria ser “uma democracia sem fim”.

Por outro lado, os governos “socialistas” enfrentam frequentemente as características sociológicas de seus seguidores. Ao mencionado consumismo incontido dos venezuelanos, somam-se outros elementos. Apesar de que Evo Morales convoque a se “exterminar o capitalismo” nos fóruns internacionais, sua própria base de sustentação se associa ao que **Alvaro García Linera** chamou “a rebelião das economias familiares”: um conglomerado heterogêneo em nível de riqueza e de ingressos de pequenos ou médios proprietários camponeses (como os cocaleiros), microempresários

de El Alto ou comerciantes informais de La Paz. Por isso, o vice-presidente boliviano não fala de socialismo do século XXI, mas de capitalismo andino ou de “modelo nacional produtivo”.

Novo modelo de desenvolvimento?

Natanson propõe avaliar os governos de esquerda a partir do que se conseguiu na luta contra a pobreza e a desigualdade, o que oferece um resultado agrídoco. Enquanto o aprofundamento dos programas de transferência de renda já aplicados nos anos 90 melhorou parcialmente a situação dos mais pobres, em termos de redução da brecha entre ricos e pobres os resultados não são alentadores em um continente marcado pela desigualdade.

Para Saint-Upéry, por trás da retórica socialista, está se pintando de “rojo-rojito” – como dizem os venezuelanos – uma reprimarização dependentista das economias sul-americanas, e, por isso, não seria casual que as fronteiras dos países mais “anti-imperialistas” coincidam com a dos países ricos em hidrocarbonetos: Venezuela, Bolívia e Equador, onde as esquerdas governamentais têm pouco a festejar frente à crise do capitalismo global. “Sarah Palin, a governadora e companheira de fórmula de John McCain, brigou com as transnacionais do para aumentar para 3,2 mil dólares o cheque que, a cada ano, os habitantes do Alasca passam a retirar pelo correio como ‘sua’ parte da renda petroleira, e ninguém pensaria que o Alasca é um estado socialista do século XXI”, argumenta o autor de “O sonho de Bolívar”.

O caso venezuelano é instrutivo: Natanson destaca que, mesmo que a economia não-petroleira tenha crescido, isso ocorreu ao estilo saudita: a construção ou as finanças se expandiram ostensivamente, mas como resultado do próprio boom petroleiro (70% das exportações são ouro negro e 80% se dirigem aos Estados Unidos), mais do que como produto de uma renovada diversificação econômica. Além disso, a revolução bolivariana tem como substrato uma cultura de consumismo desenfreado da qual não está excluída a nova “boliburguesia”, com danceterias que rifam operações de seios a meninas de 15 anos e consumos recordes em todo o mundo de uísque importado, o que levou o próprio Chávez a se perguntar: “Que revolução é essa, pois, a do uísque e a das Hummer?”. E as próprias bases bolivarianas falam de uma “direita endógena”, que busca frear o avanço para a radicalização da revolução e criar uma nova casta burocrático-empresarial.

Ilusão de progresso

No entanto, o peso do Estado nas economias latino-americanas aumentou consideravelmente – é visível, por exemplo, na renegociação dos contratos petroleiros na Bolívia, melhorando notavelmente o fluxo de caixa do Estado –, e existe consenso de que os recursos naturais não devem ficar livres para o mercado. Mas subsiste o que a socióloga Maristella Svampa denomina de “ilusão desenvolvimentista”, parcialmente discutida – só no caso equatoriano – por uma ala ambientalista do governo que busca complexificar as noções de desenvolvimento e evitar que se caia em um tipo de neodesenvolvimentismo assistencialista.

No caso do Brasil, a discussão se centra, em grande medida, sobre se o governo de Lula é um “governo em disputa”, entre tendências keynesiano-desenvolvimentistas e tendências neoliberais, ou, como uma parte da esquerda decepcionada defende, é uma administração abertamente neoliberal, sustentada na ortodoxia financeira e nos agronegócios, com políticas assistenciais de contenção.

Mas há dois temas que dão curto-circuito na hora de retirar o ex-metalúrgico da galeria dos novos esquerdistas. Em primeiro lugar, costuma-se indicar que o Brasil foi o que colocou ponto final ao projeto norte-americano da Área de Livre Comércio das Américas e é um dos mais firmes impulsionadores da União das Nações da América do Sul, forte contrapeso de Washington na região. E, em segundo lugar, o fato de que os próprios movimentos sociais brasileiros, como o radical Movimento dos Sem Terra, não acabem rompendo com o governo.

O extremo Ocidente

Mais complexo é o caso argentino, onde o “peronismo infinito”, nas palavras de Svampa, desafia qualquer fórmula fácil: o certo é que o casal Kirchner parece atuar pragmaticamente em função da conjuntura, mais do que imaginar projetos “ideológicos” de mudança social. Inclusive, recentemente, os máximos defensores da ideia do “governo em disputa” – a organização Libres del Sur – abandonaram o governo por considerar que o projeto K voltou a se encostar no aparato do

Partido Justicialista (PJ) [ou Partido Peronista], em detrimento de um projeto renovador de centro-esquerda, no marco de uma economia baseada na exploração intensiva de recursos naturais (soja, petróleo, minérios, etc.), sem contemplar seus efeitos sócio-ambientais, nem criar padrões redistributivos sólidos.

Nesse marco, os projetos “refundacionais”, sobretudo com as Assembleias Constituintes na área andina, e a ativa participação de movimentos sociais, indígenas e afros contra o “colonialismo interno”, colocam em questão a democracia formal em favor de formas de participação social mais ampla e efetiva. E não deixam de desejar uma sequência política de longo prazo e, em paralelo, novos paradigmas compreensivos produzidos pela multifacetária esquerda continental, com o consequente questionamento do prolongado letargo “pós-moderno” e a reposição da política como um apelo à luta por um destino comum.

Em uma conjuntura continental que combina surpresas com ressonantes déjà vu, resta ainda calibrar se, no atual “giro à esquerda”, predominam as rupturas ou as continuidades, escapando do mito do “bom selvagem” que – nas palavras de Saint-Upéry – transforma a América Latina no “extremo Ocidente”. Ou, dito de outra forma, no continente da esperança a preço baixo para a debilitada esquerda do “primeiro mundo”.

Juiz de primeira instância deve ser respeitado, diz ministra do STJ

Para a ministra Eliana Calmon, do STJ (Superior Tribunal de Justiça), a melhoria efetiva da Justiça passa pelo respeito aos juízes do primeiro grau. “Enquanto o juiz de primeiro grau não for devidamente respeitado e suas decisões forem sempre reformadas, muitas vezes até sem fundamento, nós teremos mais um fator de inchaço para a Justiça”, diz Calmon.

De acordo com a ministra, em entrevista publicada no site do STJ, o primeiro passo para essa respeitabilidade já foi dado por meio da Escola Nacional de Magistratura. Para ela, a escola dará aos magistrados os instrumentos e conhecimentos necessário na sua formação. A partir daí, as instâncias superiores poderão exigir do juiz de primeiro grau uma prestação jurisdicional mais efetiva e, com isso, a respeitabilidade dos tribunais.

A ministra ainda afirmou que a Lei dos Recursos Repetitivos, em vigor desde o segundo semestre de 2008, pode diminuir significativamente o número de processos que chegam ao tribunal. Porém, ela ressalva que somente a lei não é suficiente para conter o grande e crescente volume de processos.

Segundo a ministra, a súmula impeditiva de recursos é outro mecanismo para filtrar esses processos. “Ela é fundamental porque ataca no nascedouro, lá embaixo, perante um juiz de primeiro grau”, avalia.

A ministra Eliana Calmon destacou duas soluções para ajudar a desafogar a Justiça brasileira. A primeira é a conscientização dos jurisdicionados e dos advogados para não abarrotarem o Judiciário de processos já julgados. A segunda é que eles não façam da demora da Justiça um rico mercado de trabalho.

Casos de destaque

Entre os julgamentos que marcaram o ano de 2008, no âmbito do direito público, Calmon destacou a uniformização no entendimento do julgamento das ações de desapropriação, especialmente no que diz respeito à indenização da cobertura florestal, algo que vinha sendo questionado há algum tempo e que, neste ano, sedimentou-se.

Outro caso ressaltado pela ministra, de acordo com informações do STJ, foi a utilização das obrigações ao portador da Eletrobrás, títulos sem valor de debêntures, o que, inclusive, já tinha sido proclamado pela comissão de valores mobiliários. Porém, o território nacional foi invadido com essas obrigações ao portador e elas estavam sendo vendidas e negociadas como se fossem debêntures.

“No momento em que a 1ª Seção decidiu colocar nos devidos lugares o que são obrigações ao portador e o que são debêntures, eu entendo que, efetivamente, colocou nos devidos lugares essa situação para o benefício daqueles que têm investimento no mercado de capitais”, concluiu.

ULTIMA INSTANCIA

Aprovados em concurso público após 14 anos sem assumir cargos são indenizados

A 1ª Turma do STJ (Superior Tribunal de Justiça) rejeitou recurso da União contra decisão do TRF-4 (Tribunal Regional Federal da 4ª Região) que concedeu indenização a um grupo de candidatos aprovados em concurso público que foram impedidos de assumir seus cargos por ato ilegal da administração pública.

O relator do caso, ministro Luiz Fux, entendeu que não há impedimento para a indenização ser equivalente aos pagamentos que deveriam ter sido recebidos pelos candidatos, citando a jurisprudência do Tribunal, e concluiu portanto que é “obrigação do Poder Público indenizar o dano que causou”.

Os servidores, que eventualmente tomaram posse em 2003, foram aprovados em 1989 em um concurso para técnico judiciário e oficial de justiça avaliador do TRT-4 (Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região), no Rio Grande do Sul. No entanto, eles foram impedidos de assumir os cargos, pois o edital do concurso determinava que os aprovados deveriam ter formação em Direito, Economia, Administração e Ciências Contábeis ou Atuariais, enquanto os autores da ação eram todos formados em outras áreas. A exigência foi considerada ilegal em julgamento final, em 2002. Segundo o STJ, os servidores entraram na Justiça com pedido de indenização material pelos salários não recebidos da aprovação até a posse efetiva e danos morais por não poderem exercer os cargos a que fariam jus por quase uma década. A ação foi, originalmente negada pela 2ª Vara Federal de Porto Alegre, que acolheu os argumentos da União de que o prazo de prescrição para o pedido de indenização havia passado. Em recurso, o TRF-4 reformou a decisão.

A União interpôs recurso no STJ com a alegação de que a decisão do TRF4 não teria sido clara e não respondeu a todos os argumentos do recurso (artigo 535 do Código de Processo Civil) e, novamente, que já estaria prescrito o direito à indenização.

Em seu voto, o ministro Fux considerou que o prazo de prescrição começa a correr da ciência inequívoca do fato, no caso o trânsito em julgado da sentença (o que só aconteceria em 2002), uma vez que não haveria certeza do dano causado pela administração pública. Também afirmou que a jurisprudência do STJ permite que nem todos os argumentos da parte sejam rebatidos, e que mesmo se manifestando sucintamente, o TRF-4 teria respondido adequadamente às questões levantadas pela União.

ULTIMA INSTANCIA

Tendência suicida

Os principais comentaristas econômicos comentam a crise que irrompeu no centro do sistema e apontam o desmoronamento de suas teses mestras, mas continuam com a crença ilusória de que o mesmo modelo que nos trouxe a desgraça, ainda pode nos tirar dela.

Leonardo Boff

Leio os principais comentaristas econômicos dos grandes jornais do Rio e de São Paulo. Aprendo muito com eles, porque venho de outra área do saber. Mas, na minha opinião, eles continuam aplicando a cartilha neoliberal, o que os impede de ter um pensamento mais crítico. Ainda utilizam a interpretação clássica dos ciclos do capitalismo depois da abundância, sem perceber a mudança substancial do estado da Terra ocorrida nos últimos tempos. Por isso, noto neles uma certa cegueira em um nível profundo de seu paradigma. Comentam a crise que irrompeu no centro do sistema e apontam o desmoronamento de suas teses mestras, mas continuam com a crença ilusória de que o mesmo modelo que nos trouxe a desgraça, ainda pode nos tirar dela.

Esta visão míope impede que levem em consideração os limites da Terra, os quais impõem limites ao projeto do capital. Esses limites foram ultrapassados em 30%. A Terra dá claros sinais de que não agüenta mais. Ou seja, a sustentabilidade entrou em um processo de crise planetária. Cresce cada vez mais a convicção de que não basta com fazer acertos. Estamos obrigados a mudar de rumo se queremos evitar o pior, que seria ir em direção a um colapso sistêmico certo.

O sistema em crise, digamos seu nome, é, quanto ao seu modo de produção, o capitalismo. E sua

expressão política é o neoliberalismo, que responde fundamentalmente às seguintes questões: como ganhar mais com o mínimo de investimento, no menor tempo possível e aumentando ainda mais seu poder? O sistema dá como óbvia a submissão total da natureza e a desconsideração das necessidades das gerações futuras.

Esse pretendido desenvolvimento tem se mostrado insustentável, porque em todos os lugares em que se instalou criou desigualdades sociais graves, devastou a natureza e consumiu seus recursos muito acima do nível de reposição. Na verdade, trata-se de um crescimento apenas material, que se mede em termos de benefícios econômicos, não de um desenvolvimento integral.

O grave disto é que a lógica deste sistema se opõe diretamente à lógica da vida. A primeira é linear, regida pela competição, tende à uniformização tecnológica, ao monocultivo e à acumulação privada. A outra, a da vida, é complexa, incentiva a diversidade, as interdependências, as complementaridades e reforça a cooperação na procura pelo bem de todos. Este modelo também produz, mas para servir à vida e não para servir exclusivamente ao lucro, e tem como objetivo o equilíbrio com a natureza, a harmonia com a comunidade da vida e a inclusão de todos os seres humanos. Opta por viver melhor com menos.

Paul Krugman, editorialista do New York Times, denunciou valentemente (Jornal do Brasil, 20/12/08) que não há diferença básica entre os procedimentos de B. Madoff, que fraudou 50 bilhões de dólares a muitas pessoas e instituições, e os especuladores de Wall Street, que enganaram milhares de investidores e pulverizaram, também, grandes fortunas. Ele conclui: “o que estamos vendo agora são as conseqüências de um mundo que enlouqueceu”. Esta loucura é conjuntural ou sistêmica? Penso que é sistêmica, porque pertence à própria dinâmica do capitalismo: para acumular, mantém grande parte da humanidade em situação de escravidão “pro tempore” e põe em perigo a base que o sustenta: a natureza com seus recursos e serviços.

Cabe a pergunta: será que não existe aí uma pulsão suicida, inerente ao capitalismo como projeto civilizatório, uma pulsão que tenta explorar de maneira ilimitada um planeta que sabemos que é limitado? É como se toda a humanidade sentisse que é empurrada para dentro de uma corrente violentíssima, e não conseguisse mais sair dela. Não há dúvida de que o destino seria a morte. Será que é a marca inscrita em nosso atual DNA civilizatório, rascunhado há mais de dois milhões de anos, quando surgiu o homo habilis, aquela espécie de humanos que, pela primeira vez, começou a usar instrumentos em seu afã por dominar a natureza, que potencializou-se com a revolução agrária no neolítico e culminou no atual estágio de ânsia de dominação completa da natureza e da vida? Se continuarmos nesse caminho, onde iremos chegar?

Como somos seres inteligentes e com um imenso arsenal de meios de saber e de fazer, não é impossível que consigamos reorientar nosso curso civilizatório, dando maior centralidade à vida que ao lucro, ao bem comum em vez de ao benefício individual. Então, poderíamos salvar-nos in extremis e ainda teríamos pela frente um futuro que almejar.

Leonardo Boff é teólogo e escritor.

AGENCIA CARTA MAIOR

[Essa ambigüidade chamada Barack Obama](#)

Velhos estrategistas da guerra fria, lobistas e paus mandados do capital financeiro formam o núcleo duro do presidente eleito para mudar a política americana.

Bernardo Kucinski

Obama escolheu pesos pesados do pensamento imperial americano para tirar os Estados Unidos de sua maior crise desde a depressão dos anos 30. Entre eles o general veterano da guerra-fria, James Jones, ex-comandante da OTAN e os dois principais formuladores da estratégia americana de dominação financeira: Lawrence Summers, que foi Secretário do Tesouro de Clinton e economista chefe do Banco Mundial, e Paul Volcker que presidiu por oito anos o banco central americano, o FED.

Outro peso-pesado, o ex-almirante Denis Blair, ex-comandante da frota do Pacífico, é o novo Diretor Nacional de Inteligência, cargo criado depois do fiasco das “armas de destruição em massa do Iraque” para coordenar todas as agências de inteligência dos Estados Unidos. Obama ainda

manteve como secretário de defesa o ex-diretor da CIA e defensor entusiasta da invasão do Iraque, general Robert Graves. E para o posto chave de Secretário do Tesouro, chamou o mesmo Timothy Geithner que como dirigente do FED de Nova York permitiu que Wall Street virasse o cassino que virou. Foi ainda Geithner quem aconselhou Bush a socorrer diretamente os bancos, quando a banca quebrou.

O único peso-leve da nova equipe é Leon Panetta que vai dirigir a CIA, um entendido em orçamento, não em espionagem global. Mas Panetta foi chefe de gabinete do presidente Clinton, portanto experiente nas questões do poder mundial. O preferido de Obama era John Brennan, o homem que dirigiu o Centro Nacional de Luta contra o Terror do governo Bush, inventor dos métodos de interrogatório de Guantânamo e Abu Ghraib. Só que a mera menção a Brennan provocou calafrios no comitê Obama e o nome foi retirado .

Obama alegou a seus eleitores decepcionados que escolheu os melhores, os mais brilhantes. A mudança, assegurou Obama, viria dele, de sua orientação. Mas foi infeliz nessa explicação. A cruel mídia americana logo lembrou o título “Os melhores e os mais brilhantes”, da principal radiografia do governo Kennedy, escrita por David Halberstam (1), tão impactante que a expressão incorporou-se ao jargão político americano, como ironia sobre jovens brilhantes que conseguem produzir apenas fiascos, como o da invasão da Bahia de Los Cochinos.

Competência não é um atributo neutro. Que tipo de conselhos se pode esperar dessas velhos comandantes da guerra fria e do sistema financeiro? Chomsky , embora considerando a vitória de Obama um marco na história da democracia americana diz que essas nomeações mostram que por trás de seu “discurso altivo”, o novo presidente não passa de um típico centrista do Partido Democrata. André Muretta, do New York Times, lembra, por exemplo, que Obama tem um “histórico dúbio” na questão da luta contra o terror. Numa ocasião votou contra os grampos telefônicos, mas em outra mais recente, no Senado, votou a favor.

E o que pensa Obama da economia? Obama lecionou Legislação durante dez anos na Universidade de Chicago, o bunker do neo-liberalismo. Filia-se à escola de economia chamada de “behaviorista” ou seja comportamental, uma dissidência do neo-liberalismo.

Os behavioristas confiam, como os neo-liberais, na superioridade do mercado e da livre iniciativa, mas não acham que os mercados sempre tendem ao equilíbrio ou que as decisões de pessoas e empresários sejam sempre racionais. Coisa parecida diz agora George Soros, para quem “a crise do sistema financeiro foi gerada dentro dele mesmo por um defeito a ele inerente”. (2)

Essa discordância não impede que Obama se encaixe com perfeição num sistema político em que o liberalismo é a cultura dominante e o aparelho de Estado é montado por uma lógica de interesses de mercado. Nesse sistema o secretário do Comércio é sempre ligado a grandes empresas, o secretário do Tesouro é sempre o homem dos bancos, e assim por diante. Obama seguiu o figurino.

Mas com uma diferença crucial: ao nuclear seu gabinete em torno dos estrategistas do poderio mundial americano Obama indica que é nessa esfera que vai ser tentada a saída para a crise doméstica. Essa é a grande diferença entre os Estados Unidos da depressão dos anos 30, quando ainda não eram a potencia hegemônica, e os Estados Unidos de hoje. (3) Apesar de restaurar quase por completo a era Clinton, Obama cooptou republicanos emblemáticos, montando um governo que a mídia americana chama de “non-partisan”, ou supra-partidário, outro traço de governos que priorizam a políticas externa. Não por caso, ao revelar os primeiros nomes de seu núcleo duro, Obama disse :“Vamos reforçar nossa capacidade de derrotar nossos inimigos e de apoiar nossos amigos. Vamos renovar alianças antigas e forjar novas e duradouras parceria.” Nesse gabinete de crise, a sorridente Hillary Clinton, na chefia do Departamento de Estado, o mais importante cargo na hierarquia de comando do Império americano, deverá ser apenas a “garota propaganda” do novo governo.

É cortina de fumaça a promessa de Obama de criar 3 milhões de empregos até 2011, investindo em infra-estrutura e modernização de escolas. Economistas americanos calculam que para isso seria preciso inverter a curva de desempenho da economia americana do atual encolhimento atual de cerca de 2,2% ano, para um crescimento de 3.5% ao ano. Só no que vem, prevê o Escritório de Orçamento do Congresso, o PIB deverá voltar a crescer e mesmo assim apenas 1,5% . A esse ritmo

lento de recuperação, o desemprego continuará aumentando, devendo atingir 9,6% da força de trabalho em 2010.

Só no ano passado foram eliminados 2,5 milhões de empregos. Mais de 1 milhão foram cortadas só nos meses de novembro e dezembro. Ou seja, a crise está ainda na fase de aprofundamento. Martin Wolf, do Financial Times diz que impedir que o desemprego de aumente ainda mais, o pacote de Obama, equivalente a 5,3% do PIB, teria que dobrar.

Passado o primeiro susto, muitos economistas já tratam o que está acontecendo como uma recessão cíclica, embora atípica e muito mais severa que a maioria das anteriores, devendo durar entre 18 e 21 meses. Dados corrigidos do desempenho da economia americana mostram que a recessão começou em fins de 2007. Ou seja, foi a recessão que derrubou o castelo de cartas das hipotecas sem garantia, dos derivativos de papel e dos esquemas Ponzi do cassino em 2008 e não o contrário. Nas economias de mercado, crises desse tipo são tão recorrentes quanto as gripes e se curam da mesma forma, por exaustão, como se purgam as gripes. Ao contrário do que Obama hoje promete, os remédios clássicos do sistema são o próprio desemprego, pressionando para baixo o custo da força de trabalho e destruindo empresas menos eficientes. Isso só se consegue com recessão. Portanto, ou Obama está enganado ou está enganando.

Mas nem a recessão e nem a derrocada dos grandes bancos de Wall Street, embora enfraquecendo o poderio americano, alteram o fato básico de que os EUA ainda detém supremacia a militar, tecnológica e cultural e o maior poder de compra do mundo capitalista, como diz Rubens Ricupero dando o exemplo da frota naval americana, maior do que a soma das outras 13 maiores frotas navais do mundo. (4)

Da percepção desse poderio surge o paradoxo pelo qual poupança de todo o mundo em vez de fugir do dólar, nele buscou proteção, quando mais a crise se agravou, e apesar do histórico de calotes do Tesouro americano.

Esse é o paradoxo de que vai se valer Paul Volcker, chamado por Obama para dirigir o importante Comitê para Recuperação da Economia, como se valeu das duas vezes antes. Para salvar o dólar da crise provocada pelos gastos excessivos da Guerra do Vietnã, Volcker propôs a Nixon em 1971 renegar a garantia em ouro dos dólares mantidos por bancos centrais, o que levou ao sepultamento do tratado de Bretton Woods e permitiu ao tesouro americano imprimir dólares sem lastro (5). Três anos antes, o governo americano já havia abolido essa garantia para detentores privados de dólares. O fim de Bretton Woods, sem que nada de mesmo porte fosse colocado no seu lugar deu início à desordem cambial e monetária que nos levou à tragédia financeira de hoje.

Volcker atacou de novo em 1979, quando a economia americana se viu ameaçada pela estagflação - uma combinação de inflação alta e crescimento baixo provocada pela alta do petróleo. Numa reunião de emergência do FED convocada num fim de semana, e sem consultar nenhum governo ou entidades como o FMI, Volcker baixou um arrocho monetário tal que a taxa de juros principal dos Estados Unidos, o prime rate, saltou de 9% para 12 e depois para 14% e batendo em 20% em maio do ano seguinte.

Naquele momento, a América Latina havia acumulado aproximadamente US\$ 180 bilhões em dívidas atreladas ao dólar com cláusulas de juros flutuantes. Parte indexada ao Prime, parte indexada ao Libor, que seguia o Prime de perto. Dívidas contraídas quando o juro estava entre 4% e 6% ao ano e que agora teriam que ser remuneradas a um juro cinco vezes maior.

Em janeiro de 1981 o prime chegou ao espantoso nível de 21,5%. A conta de juros do México mais do que quadruplicou, de US\$ 2,3 bilhões em 1979 para US\$ 9,8 bilhões em 1982. Foi o primeiro a quebrar, em setembro. Seguiu-se o Brasil, cuja conta de juros mais que dobrou de US\$ 4,5 bilhões para 11,9. E assim foram quebrando todos os países periféricos da área do dólar, um após o outro. Durou seis anos essa política econômica conhecida como reaganomics. Nesses seis anos a América Latina pagou US\$ 209,7 bilhões de juros da dívida externa, e mesmo assim o principal da dívida em vez de diminuir aumentou, chegando a US\$ 368 bilhões.

Quebraram países e quebraram empresas, pois poucas conseguem gerar um lucro superior a essa taxa de juros. Nos Estados Unidos, grandes empresas estavam protegidas por uma legislação que permitia descontar os juros pagos do imposto de renda devido. Mesmo assim milhares de pequenos

agricultores americanos foram à ruína.

Paul Volcker pode não ter tido a intenção de quebrar a América Latina, mas sabia com certeza dos efeitos catastróficos dos juros anômalos sobre a dívida latino-americana porque antes de presidir o FED havia sido sub-secretário do Tesouro para finanças internacionais durante cinco anos – de 1974 a 1979. Sua função principal nesse período era exatamente a de acompanhar os níveis de endividamento dos bancos americanos, principais credores da dívida latino-americana.

O que Volcker e seu comitê poderiam tirar do bolso do colete desta vez? Poderia desvalorizar fortemente o dólar, incentivando as exportações americanas, impor novas barreiras protecionistas contra produtos estrangeiros e poderia pressionar para que países periféricos abram mais seus mercados a produtos americanos. O mais provável é que façam tudo isso ao mesmo tempo e com o máximo de pressão possível.

Obama já havia anunciado na campanha que “renegociaria tratados de comércio para incluir mais cláusulas de proteção aos trabalhadores e ao meio ambiente.” Leia-se protecionismo disfarçado em selo verde.

Ao apresentar o ex-prefeito de Dallas, Ron Kirk, como novo representante comercial dos Estados Unidos, o homem que vai negociar ou renegociar acordos de tarifas, Obama reafirmou, “Kirk irá garantir que cada acordo comercial que eu assinar proteja os direitos de todos trabalhadores e promova os interesses de todos os americanos...”

E nem pensem que Kirk tenha se notabilizado na defesa desses direitos dentro dos Estados Unidos.

Ao contrário, ele é membro da diretoria do grupo de restaurantes Brinker, um dos maiores financiadores de campanhas contrárias aos direitos trabalhistas nos Estados Unidos.

Embora a maioria dos economistas não goste do aumento do protecionismo alguns consideram inevitável um surto protecionista. O protecionismo tem a desvantagem de prolongar a vida de empresas e setores não competitivos ou pouco eficientes o que vai contra a necessidade de purgar a crise com aumento de eficiência e redução de custos.

Kirk não é peixe pequeno. Foi o primeiro prefeito negro de Dallas, notabilizando-se pela ousadia de seus projetos urbanos. Depois, virou um lobista de prestígio. Peso pesado. Fez lobby para grandes empresas entre as quais Energy Futures Holding e o banco de investimentos Merrill Lynch- esse mesmo que quebrou.

Mais fácil de impor e de efeito maior é a desvalorização do dólar, que também criaria mais empregos nos Estados Unidos, impulsionando exportações e encarecendo as importações. Por esse mecanismo o valor dos salários dos americanos em outras moedas cairia automaticamente, o que está em linha com a necessidade de purgar a recessão através da redução do custo da mão obra e aumento da produtividade.

A desvalorização tem também a enorme vantagem de dar um calote disfarçado na gigantesca dívida americana de 4 trilhões de dólares. Será esse o mico que Volcker tentará passar para o resto do mundo? Alguns analistas americanos dizem que ele já está estudando com o FED uma política de estímulo à inflação. Maior inflação nos Estados Unidos do que no resto do mundo é o primeiro passo para desvalorizar o dólar.

Os chineses, que aplicaram 1,2 trilhões de dólares em títulos do governo americano já desconfiam de um calote: “Esperamos que Washington tome as medidas de segurança necessárias à garantia do patrimônio dos investimentos chineses nos EUA”, cobrou neste dezembro Zhou Xiaochuan, o presidente do Banco Central da China. (6)

A probabilidade de calote é alta. Os próprios credores podem provocá-lo, se entrarem em pânico com o brutal aumento da dívida pública americana para financiar o pacote de US\$ 700 bilhões de Obama. O déficit fiscal do governo americano deve triplicar dos 455 bilhões no balanço encerrados em setembro último para mais de 1,2 trilhão em setembro próximo. Se os detentores dos títulos americanos começaram a deles se desfazer em ritmo muito veloz, a cotação do dólar desabarará e a profecia do calote de auto-realizará, mesmo sem Volcker mexer uma palha.

AGENCIA CARTA MAIOR

Número de trabalhadores escravos libertados em 2008 passa dos 4,6 mil

O grupo móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) libertou, em 2008, mais de 4,6 mil trabalhadores em condições análogas à escravidão. A contratação de mais auditores fiscais treinados para esse tipo de operação e uma maior participação das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego (STREs) proporcionaram um número recorde de operações em 2008. As parcerias já consolidadas com o Ministério Público do Trabalho (MPT), e com as organizações da sociedade civil como a Comissão Pastoral da Terra (CPT), que recebem as denúncias dos trabalhadores, também ajudou a sustentar as operações. Dados parciais da CPT mostram que, em 2008, a pecuária liderou o número de casos registrados: 54% do total dos casos até novembro de 2008, o foram em áreas destinadas à pecuária. Em plantações de cana-de-açúcar foram 6% dos casos. Mas o setor sucro-alcooleiro ocupa o primeiro lugar em número de trabalhadores libertados: 49%, enquanto que na pecuária foram resgatados 22% do total. Os dados mostram ainda que o estado de Goiás foi o líder em trabalhadores resgatados em 2008: 867 trabalhadores libertados em apenas sete fazendas. Em segundo lugar vem o Pará, com 741 libertações em 33 fazendas. As indenizações pagas pelos empregadores flagrados explorando mão-de-obra escrava em 2008 chegaram a R\$ 8,2 milhões. (fonte: Repórter Brasil)

Lula confirma alta de demissões e reúne-se com sindicalistas dia 19

Agência Brasil

15/01/2009 20:28

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva admitiu hoje que o país teve forte alta nas demissões em dezembro passado e confirmou que se reunirá com representantes de centrais sindicais para discutir essa questão na próxima segunda-feira, dia 19. Os sindicalistas suspenderam por dez dias as negociações com os empresários para evitar mais dispensas.

"Quero saber o que eles [sindicalistas] estão pensando para saber o que o governo, os empresários e os sindicatos podem fazer conjuntamente para evitar que uma crise financeira nos Estados Unidos venha trazer prejuízos para o povo brasileiro", disse o presidente em Ladário, Mato Grosso do Sul, após encontro com o presidente da Bolívia, Evo Morales.

Lula afirmou que algumas empresas conseguiram fazer acordos "mais qualificados" com seus empresários, citando, como exemplo, as montadoras francesas Peugeot e Renault.

Apesar das medidas adotadas, Lula disse que o governo ainda tem de resolver a questão da falta de crédito. Ele explicou que 30% do crédito das empresas brasileiras eram provenientes do exterior. Com a crise financeira culminando nos países ricos, elas recorreram ao sistema financeiro nacional, que não conseguiu dar conta da demanda maior.

O presidente Lula reafirmou que anunciará novas medidas até o final do mês para estimular o consumo e evitar o desemprego. "Vamos trabalhar atentamente para que o Brasil saia perfeitamente bem dessa crise", garantiu.

Lula também disse que a crise financeira mundial não deve ser motivo para os empresários tomarem medidas precipitadas. "A crise é motivo de preocupação, mas não pode ser motivo de nenhuma precipitação nem do governo e muito menos dos empresários", disse Lula.

Apesar de declarar ser comum o aumento de demissões no final do ano, Lula admitiu que levantamento oficial deve constatar uma média acima do comum, de cerca de 600 mil dispensas em dezembro. O número ultrapassa a média de 300 mil a 400 mil na série histórica do mês.

Os números oficiais referentes ao último mês do ano, reunidos pelo Ministério do Trabalho no Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), deverão ser divulgados também na segunda-feira.

Lula ponderou que a geração de empregos em 2008 ficou bem acima do que é normalmente registrado, citando que em outubro foram gerados 2,1 milhões postos de trabalho.

O presidente disse que pediu ao ministro da Fazenda, Guido Mantega, para solicitar à montadora de veículos GM que pague os salários referentes a março aos funcionários dispensados. Segundo Lula, ele foi informado que os empregados demitidos teriam contratos vencendo em março.

Ele determinou ainda que os ministros do Trabalho, Carlos Lupi, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, elaborem relatório sobre quais setores estão demitindo mais no país e os motivos.

Lula citou, entre as medidas tomadas pelo governo para minimizar os impactos da crise, a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para estimular a venda de carros e a compra de parte do Banco Votorantim, detentor da maior carteira de carros usados do país, pelo Banco do Brasil.

(Agência Brasil)

[OAB-MA quer apuração de denúncias sobre comércio de sentenças no Judiciário maranhense](#)
São Luís (MA) - A Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Maranhão (OAB-MA) está ingressando com uma representação na Corregedoria do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), pedindo a instauração de procedimentos para a rigorosa apuração das denúncias feitas pelo desembargador do Tribunal de Justiça do Maranhão, Antonio Fernando Bayma Araújo, que apontam o comércio de sentenças no Judiciário maranhense. A representação foi assinada pelo presidente da OAB-MA, José Caldas Gois.

A mesma representação está sendo protocolada na Procuradoria Regional da República, TJ/MA, Corregedoria do Tribunal Regional Eleitoral (TRE), Corregedoria do Tribunal de Justiça do Maranhão e na Superintendência da Polícia Federal.

De acordo com declarações do desembargador Antonio Fernando Bayma Araújo, pelo menos quatro juízes maranhenses estão envolvidos com o comércio de sentenças - prática que se escancarou mais intensamente nas últimas eleições municipais, conforme a OAB-MA.

Segundo relato do desembargador, um político chegou a exigir, na própria sede do Tribunal Regional Eleitoral, a devolução de uma quantia repassada a um magistrado - cerca de R\$ 200 mil - porque este não teria cumprido um acordo, deixando de proferir uma decisão favorável aos seus interesses político-eleitorais.

Conforme Antonio Bayma Júnior, o fato teria sido presenciado pelo próprio procurador regional eleitoral da República, que ao invés de adotar as providências cabíveis diante da gravidade do caso, pediu apenas que o juiz devolvesse o dinheiro ao político, dando o caso por encerrado.

Fonte: Rondônia Jurídico

[Opções para salvar vagas](#)

Na tentativa de evitar demissões de trabalhadores, sindicatos passaram a apresentar alternativas a empresários. As opções são basicamente redução da jornada associada à diminuição do salário, uso de banco de horas, suspensão temporária do contrato de trabalho e férias e licenças remuneradas.

Esse leque foi proposto ontem pela Força Sindical à Federação das Indústrias de São Paulo (Fiesp), mas com uma condição: a garantia dos empregos. Antes de receber as sugestões, cerca de 30 empresários ligados à entidade foram unânimes em defender a redução da jornada e do salário e a suspensão do contrato de trabalho, mas rejeitam a exigência de estabilidade dos trabalhadores.

Luciano Engel, diretor-comercial da Associação Brasileira de Recursos Humanos (ABRH-RS), fala sobre alternativas de trabalho para quem busca uma recolocação profissional

– Quando falamos em garantia de emprego, os empresários entendem como estabilidade. Não é a mesma coisa, queremos deixar claro. Não é estabilidade eterna. É garantia de emprego por tempo determinado, pelo tempo que vigorar o acordo – explicou o presidente da Força Sindical, deputado Paulo Pereira da Silva (PDT), o Paulinho, que negocia com a Fiesp.

[Polo metalmeccânico de Caxias do Sul poderá utilizar banco de horas](#)

A Central Única dos Trabalhadores (CUT) se recusou a participar da negociação (leia na página ao lado sobre a divisão das centrais). Em Minas Gerais, já há empresas prestes a fechar acordo para

suspender o contrato de emprego por cinco meses, caso da Belgo Bekaert, maior fabricante de arames das Américas. Nesse tipo de situação, a empresa deixa de pagar o salário e o funcionário passa a receber uma bolsa do governo federal (confira quadro abaixo). No caso da Belgo Bekaert, a companhia aceita pagar 55% da remuneração atual e manter o plano de saúde para deixar os empregados em casa por 15 meses. O Sindicato dos Metalúrgicos de Belo Horizonte e Contagem defende apenas 12 meses. O caso pode servir de parâmetro para outras empresas ligadas ao setor metalúrgico.– Nossa principal preocupação é assegurar os empregos – disse o presidente da Federação dos Trabalhadores Metalúrgicos em Minas, Marcos Marçal.

No Rio Grande do Sul, sindicalistas e empresários acompanham as negociações em São Paulo – como maior força econômica nacional, uma decisão tomada lá pode se disseminar pelo país. No polo metalmeccânico de Caxias do Sul, com faturamento equivalente a 4,5% do Produto Interno Bruto do Estado, trabalhadores que retornam das férias coletivas encontram um clima de preocupação. Os números estão sendo levantados pelo sindicato das empresas do setor, o Simecs, mas já é possível detectar uma forte redução de encomendas por parte de grandes grupos locais responsáveis por movimentar a economia do município, informa Oscar Azevedo, presidente da entidade. Sua avaliação é de que as empresas tomarão medidas de acordo com o grau de aprofundamento da crise. Até agora não foi cogitada a possibilidade de redução de horas e salários, acrescenta. Em vez disso, o Simecs recomendará aos associados a adoção de banco de horas:– O ideal para as empresas em dificuldades é não pagar integralmente os salários, mas também há preocupação com as famílias. Então, o objetivo é usar ao máximo medidas como férias coletivas e, com sacrifício, reduzir as horas de trabalho, mas mantendo o salário – afirma o diretor executivo do Simecs, Odacir Conte.

ZERO HORA

GM nega demissões em Gravataí

A demissão de 802 trabalhadores da fábrica da General Motors (GM) em São José dos Campos (SP), nos últimos dias, não deve se repetir na unidade da companhia em Gravataí, que conta com cerca de 5 mil funcionários (incluindo sistemistas).

Contudo, a manutenção dos empregos está condicionada à situação de mercado de veículos, explicou ontem o vice-presidente da GM do Brasil, José Carlos Pinheiro Neto, que desembarcou na Capital com o objetivo de aplacar boatos sobre eventuais cortes de pessoal na unidade.

O executivo afirmou que a empresa não prevê a diminuição do quadro de funcionários, por enquanto, em razão do bom desempenho das vendas do Celta e do Prisma (modelos fabricados na unidade gaúcha), impulsionadas pela redução do Imposto sobre Produtos Industrializados.

Outro fator que favorece a manutenção das vagas de trabalho na planta é a utilização de banco de horas, o que garante maior flexibilidade para a empresa trabalhar com momentos de maior ou menor demanda. É o contrário do que ocorre em São José dos Campos, onde os acordos de trabalho não preveem tal sistema.

Pinheiro Neto ressalta, no entanto, que a manutenção dos empregos de Gravataí corresponde a uma avaliação de momento, que pode mudar conforme os humores do mercado automotivo.

Sobre a possibilidade de acordos com sindicatos prevendo jornada menor com redução de salários para evitar demissões, Pinheiro disse que a companhia não tem interesse por esse tipo de negociação.

ZERO HORA

Em vez de punição, incentivo para vagas

Em preparação desde o final do ano passado, o novo conjunto de medidas do governo tem foco na manutenção do emprego. Em vez da punição proposta pelo ministro do Trabalho, Carlos Lupi, interlocutores do Planalto consideram mais provável que o incentivo norteie o pacote a ser anunciado na próxima semana.– Castigo não é a melhor solução, o melhor é a premiação – pondera Julio Sergio Gomes de Almeida, professor da Unicamp e ex-secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, um dos formuladores do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Depois de conviver por 11 meses com Guido Mantega, Almeida considera positivas as reuniões do ministro com diferentes setores no início do ano, antes das férias:– O Mantega ouve, de fato. Um plano ousado de investimentos públicos, forte redução do juro básico e incentivo direto ao crédito são os eixos que divisa para o novo conjunto de medidas. Almeida sabe que no Planalto o termo “pacote” é vetado, por estar associado a medidas impopulares, mas considera ter chegado a hora de mudar de foco:– Está na hora de colocar o bloco na rua. Mais do que um bloco, uma escola de samba – avalia Almeida.– A infraestrutura e a construção civil foram os setores eleitos para combater a crise porque não dependem de consumo, renda, emprego, mas podem mantê-los, fazendo a roda da economia girar – detalha o presidente da Associação Brasileira da InfraEstrutura e Indústrias de Base, Paulo Godoy, um dos ouvidos por Mantega.

Espécie de conselheiro informal do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o economista Luiz Gonzaga Belluzzo também considera a punição a empresas que demitem uma “má interpretação” da intervenção do governo. Considera mais provável a vinculação de redução de encargos sobre a folha à garantia do nível de emprego. Na sua avaliação, o governo sabe que precisa agir, mas está limitado por instrumentos de controle:– Há uma conspiração antigasto. O governo está desaparelhado, e órgãos como o Tribunal de Contas e o Ministério Público tendem a se armar contra o gasto. É lógico que não se pode permitir irregularidades, mas é preciso agir para substituir o investimento privado que até agora gerou renda e sustentou a economia.– A ordem é investir pesado e com mais agilidade – reforça Paulo Safady Simão, presidente da Câmara da Indústria da Construção Civil (Cbic), um dos interlocutores de Mantega no início do ano.

Medidas de redução de tributos e simplificação para financiamentos devem completar o pacote que o governo já está embrulhando, adianta Simão. O dirigente avalia que janeiro vai mudar o tom do governo, deixando de “apagar incêndios” para uma coordenação mais abrangente.

MARTA SFREDO

Por trás do embrulho

- > Redução de encargos das empresas sobre a folha de pagamento, condicionada ao compromisso de manter o emprego
- > Aumento do número de parcelas do seguro-desemprego, das atuais três a cinco, conforme o tempo de trabalho, para entre sete e 10
- > Elevação para 10 meses do período de estabilidade do trabalhador que participar da Bolsa-Qualificação, que prevê a suspensão temporária do contrato
- > Um programa de grandes proporções de habitação de interesse social (para faixa salarial de até três salários mínimos)
- > Início do programa de obras de mobilidade para a Copa do Mundo de 2014
- > Largada para a implementação do trem-bala entre Rio, São Paulo e Campinas (SP)
- > Inclusão de novas obras no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)
- > Novas concessões de rodovias, ferrovias e portos

Os prováveis ingredientes do pacote de janeiro:

ZERO HORA

[Senado vai comprar sofás a um custo de R\\$ 2,5 milhões](#)

A crise econômica internacional não inibiu, até agora, os gastos do Senado. Ontem, o Diário Oficial da União anunciou abertura de licitação para escolher a empresa que renovará o estoque de cadeiras e sofás da Casa, a um custo estimado de R\$ 2,5 milhões.

O edital prevê a compra de centenas de unidades de diferentes modelos, entre eles 85 cadeiras com assento “anatômico e estruturado em concha”, revestimento de couro preto, com base giratória de “movimentos silenciosos”. O Senado também quer adquirir outras 268 unidades com apoio de braço de aço e revestimento de tecido de fibra natural. Do mesmo material devem ser os sofás, que variam de um a três lugares, na cor azul.

Por meio da assessoria de imprensa, a direção do Senado informou que há muitos anos a Casa não adquiria cadeiras novas e que a compra se destinará à reposição de “material desgastado”.

ZERO HORA

Renner pedirá afastamento

Empenhado em obter um novo mandato, o procurador-geral de Justiça, Mauro Renner, deverá se afastar do cargo para concorrer à reeleição. Renner terá hoje uma reunião com a equipe de apoio de sua candidatura. Nesse encontro, o procurador-geral de Justiça definirá o roteiro de viagens que fará pelo interior, já em campanha.– É nessa reunião que começaremos a desenhar nossa estratégia – afirma.

O procurador-geral de Justiça planeja entrar em férias. Depois, por exigência legal, deverá se licenciar do cargo para concorrer. As eleições estão previstas para março. Até o final de janeiro, está aberto o prazo para que as chapas sejam inscritas. A comissão eleitoral deverá se reunir na próxima semana para definir os detalhes para a eleição. Durante as férias de Renner, o comando do Ministério Público do Estado deverá ficar a cargo de Anízio Pires Gavião Filho – subprocurador-geral para assuntos administrativos.

Ontem, Renner esteve no Palácio Piratini, em audiência com a governadora Yeda Crusius. Os dois trataram agenda de interesse do Estado para o ano que se inicia.

ZERO HORA

Não é hora de comprar avião

Vem em péssima hora o anúncio da governadora Yeda Crusius de que o governo gaúcho vai trocar o velho King Air B200 por um jato intercontinental para facilitar suas viagens dentro e fora do Rio Grande do Sul. O Estado mal conseguiu atingir o déficit zero, não cumpre os percentuais de investimento previstos na Constituição para a área de saúde, alega dificuldades para pagar o piso salarial do magistério na forma como foi aprovado pelo Congresso, e a governadora resolve comprar um avião.

Será que os líderes nacionais do PSDB, que tanto criticaram o presidente Lula pela compra do Airbus apelidado de Aerolula, não aconselharam a governadora a pensar melhor? O fato de o PT estar impedido de criticar, porque Lula comprou um avião antes, não torna mais palatável a decisão de Yeda.

Assim como o Aerolula não é do presidente de plantão, mas do patrimônio da União, o Aeroyeda (ou Air Yeda?) não será dela, mas do Estado do Rio Grande do Sul. Facilitará a vida dos próximos governadores, é verdade, mas nem por isso sua compra é defensável neste momento.

Yeda e seus aliados dirão que, assim como para aumentar os salários do governador e dos secretários não existe o momento adequado, é preciso “ter coragem” de enfrentar o senso comum. A questão é outra: o Estado precisa de um avião? Não vale a justificativa de que o governo de Santa Catarina tem um jatinho supermoderno. Cada Estado com suas circunstâncias. A questão é de prioridade.

Diante da crise que se avizinha, o bom senso deveria convencer a governadora e seus conselheiros de que a estabilidade ainda é frágil e que até as coisas melhorarem seria mais conveniente usar avião de carreira ou, em caso de emergência, até usar os serviços de táxi aéreo para ir a Brasília.

ZERO HORA

Antes que seja tarde

Os políticos deveriam aprender com a General Motors a lição de como não deixar um boato criar asas e ganhar o mundo: diante das especulações sobre a iminência de demissões em massa na fábrica de Gravataí, o diretor José Carlos Pinheiro Netto pegou um avião em São Paulo e veio a Porto Alegre ontem tranquilizar os empregados e a sociedade gaúcha.– Nesse tipo de coisa, a gente corre o risco de dormir com um cachorrinho e acordar com um dragão – comparou Pinheiro Netto. A crise da empresa é grave no mundo, mas, por enquanto, a unidade de Gravataí está a salvo.

ZERO HORA

Greve na Ulbra Saúde

Em uma reunião ontem pela manhã, a maior parte dos funcionários do Plano Ulbra Saúde, em Porto Alegre, decidiu manter a paralisação no atendimento aos segurados. Após o pagamento do 13º salário, na terça-feira, alguns profissionais voltaram ao serviço, mas a maioria decidiu esperar pela regularização da folha do mês de dezembro, segundo informações da Universidade Luterana do Brasil e do Sindisaúde, sindicato que representa trabalhadores da área.

ZERO HORA